



# **BIBLIOTECA UNIVERSITÁRIA BRASILEIRA:**

Instrumento para seu planejamento e gestão, visando à avaliação do seu desempenho

Documento final consolidado a partir das contribuições dos Grupos de Trabalho do Seminário Avaliação da Biblioteca Universitária Brasileira

2ª Tiragem



# **BIBLIOTECA UNIVERSITÁRIA BRASILEIRA:**

instrumento para seu planejamento e gestão, visando à avaliação do seu desempenho:

documento final consolidado a partir das contribuições dos Grupos de Trabalho do Seminário Avaliação da Biblioteca Universitária Brasileira © Nídia Maria Lienert Lubisco, 2009 Livre para divulgação, desde que citada a fonte.

Reitor Naomar Monteiro de Almeida Filho

Vice-Reitor Francisco José Gomes Mesquita

Diretora do Instituto de Ciência da Informação Lídia Maria Batista Brandão Toutain

Diretora do Sistema de Bibliotecas Maria das Gracas Miranda Ribeiro

Diretora da EDUFBA Flávia Goulart Mota Garcia Rosa

Este documento foi baseado na tese de doutorado *La evaluación en la biblioteca universitaria brasileña: evolución y propuesta de mejora,* de Nídia Maria Lienert Lubisco, defendida na Universidad Carlos III de Madrid (Espanha), em 2007.

SEMINÁRIO AVALIAÇÃO DA BIBLIOTECA UNIVERSITÁRIA BRASILEIRA Salvador, 29 de setembro a 1º de outubro de 2008. Relatoras Gerais: Nídia M. L. Lubisco e Sônia Chagas Vieira

Planejamento e organização: Grupo de Pesquisa: Saberes e Fazeres em Gestão da Informação e do Conhecimento (GEINFO) / ICI

Apoio: Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia (FAPESB) e Instituto de Ciência da Ciência da Informação (ICI)

Parceiros: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (ANDIFES), Associação Brasileira de Ensino de Ciência da Informação (ABECIN), Gabinete do Reitor da UFBA, Pró-Reitoria de Planejamento e Administração (PROPLAD) e Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação (PRPPG) da UFBA, Sistema de Bibliotecas da UFBA, EDUFBA, Universidade do Estado da Bahia, Sistema de Bibliotecas da UNEB, Universidade Estadual de Feira de Santana, Sistema Integrado de Bibliotecas da UEFS, Conselho Regional de Biblioteconomia 5ª Região, Comissão Brasileira de Bibliotecas Universitárias, Dot.Lib Informação Profissional, Fundação de Apoio à Pesquisa e à Extensão (FAPEX), INFORUM Consultoria e Treinamento.

### Nídia M. L. Lubisco e Sônia Chagas Vieira Organizadoras

# **BIBLIOTECA UNIVERSITÁRIA BRASILEIRA:**

instrumento para seu planejamento e gestão, visando à avaliação do seu desempenho:

documento final consolidado a partir das contribuições dos Grupos de Trabalho do Seminário Avaliação da Biblioteca Universitária Brasileira

2ª tiragem



S471 Seminário Avaliação da Biblioteca Universitária Brasileira (2008 : Salvador, BA) Biblioteca universitária brasileira : instrumento para seu planejamento e gestão, visando à avaliação do seu desempenho : documento final consolidado a partir das contribuições dos grupos de trabalho do Seminário Avaliação da Biblioteca Universitária Brasileira, 29 de setembro a 1º de outubro de 2008 / UFBA/ICI ; [organizadoras: Nídia M. L. Lubisco e Sônia Chagas Vieira ; planejamento e organização: Grupo de Pesquisa: Saberes e Fazeres em Gestão da Informação e do Conhecimento (GEINFO) / ICI]. – Salvador : EDUFBA, 2009.

ISBN 978-85-232-0575-1

Apoio: Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia (FAPESB).

1. Bibliotecas universitárias — Brasil - Congressos. 2. Bibliotecas universitárias — Brasil — Avaliação. I. Universidade Federal da Bahia. Instituto de Ciência da Informação. II. Lubisco, Nídia M.L. III. Vieira, Sônia Chagas. III. Título.

CDD 027.70981 - 22. ed.

### Sumário

### **APRESENTAÇÃO**, 9

- 1. INTRODUÇÃO, 12
- 2. MODELO DE AVALIAÇÃO PARA A BIBLIOTECA UNIVERSITÁRIA BRASILEIRA,14
- 2.1 OS MODELOS DE REFERÊNCIA E SUA ADAPTAÇÃO À REALIDADE BRASILEIRA, 14
- 2.2 EXPLICANDO O MODELO PROPOSTO, 20
- 2.3 CÁLCULO DAS NOTAS PARA A AVALIAÇÃO DA BIBLIOTECA, 27
- 2.4 A BIBLOTECA COMO CATEGORIA DE ANÁLISE: O MODELO, 30

**REFERÊNCIAS**, 49

APÊNDICE A - CONCEPÇÃO DO SEMINÁRIO, 54

**APÊNDICE B - PROGRAMA DO SEMINÁRIO**, 56

**APÊNDICE C - GRUPOS DE TRABALHO**, 58

### **APRESENTAÇÃO**

O Seminário Avaliação da Biblioteca Universitária Brasileira<sup>1</sup> resultou da necessidade de discutir, aperfeiçoar e validar, em foro nacional específico, o *modelo* de avaliação desenvolvido no âmbito de uma pesquisa acadêmica<sup>2</sup>, na perspectiva de vir a cobrir uma lacuna identificada no País, desde os anos 70.

A relevância do tema assegurou o apoio da Fundação de Apoio à Pesquisa do Estado da Bahia (FAPESB) e do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa Educacionais Anísio Teixeira (INEP) que vislumbraram os resultados pretendidos pela organização do Seminário como elementos-chave para que as bibliotecas universitárias dessem um salto qualitativo no que concerne ao seu planejamento, gestão e avaliação.

O Instituto de Ciência da Informação (ICI), da Universidade Federal da Bahia (UFBA), ao compartilhar com o teor da citada pesquisa – a biblioteca universitária como recurso pedagógico da instituição acadêmica – também apoiou a realização do referido Seminário, cujas finalidades podem ser traduzidas em dois focos: (1) subsidiar as entidades governamentais, especialmente o INEP, no seu mister de avaliar os cursos de graduação; (2) instrumentalizar os gestores das bibliotecas universitárias brasileiras e os bibliotecários em geral, nos seus processos de planejamento e gestão dessas unidades de informação, além de prepará-las para a avaliação do INEP.

Concebido com a dinâmica de *workshop*, o primeiro dia do evento contou com uma conferência, proferida pelo Presidente do INEP, Dr. Reynaldo Fernandes, e com quatro palestras³, cujas abordagens diziam respeito à avaliação e a temas afins, como planejamento, certificação de qualidade, além de experiências exitosas em dois países da América Latina (Argentina e Chile).

Nos dois dias subsequentes, foram desenvolvidos trabalhos em grupo, cujo objeto de discussão, análise e aperfeiçoamento foi o já citado *modelo* teórico para avaliar a biblioteca universitária brasileira, dentro de parâmetros construídos especialmente para tal fim. Atuaram como coordenadores-relatores dos Grupos o professor Waldomiro Vergueiro (USP), a professora Maria Carmen Romcy de Carvalho (UCB) e as bibliotecárias Telma de Carvalho (USP) e Valéria Gouveia Martins (UNICAMP).

Paralelamente às atividades dos grupos, foram oferecidos dois mini-cursos com carga horária de 6 horas cada, sendo um sobre *Planejamento estratégico e gestão por objetivos* e outro sobre *Carta de serviço como ferramenta para a qualidade*. Foram ministrados, respectivamente, pelas professoras Ana Reyes Pacios Lozano (Universidad Carlos III de Madrid) e Carina Rey Martín (Universidad de Barcelona).

Com este ambiente, pretendeu-se criar as condições propícias para que a comunidade envolvida com as bibliotecas universitárias se reunisse e unisse em torno deste e de outros temas pertinentes à sua atuação e à sua inserção no cenário nacional, na perspectiva de

<sup>&</sup>lt;sup>1</sup> Realizado em Salvador-BA, de 29 de setembro a 1º de outubro de 2008.

<sup>&</sup>lt;sup>2</sup> Baseada na tese de Doutorado intitulada *La evaluación en la biblioteca universitaria brasileña: evolución y propuesta de mejora.* (LUBISCO, 2007)

<sup>&</sup>lt;sup>3</sup> Ana Reyes Pacios Lozano (ES), Carina Rey Martín (ES), Marcela Fushimi (AR) e Atilio Bustos González (CH). Vide o programa do Seminário (Apêndice B).

contribuir, diretamente, para a melhoria da qualidade dos serviços oferecidos pelas bibliotecas; e, indiretamente, para a qualidade do ensino e da pesquisa na universidade brasileira.

O alto índice de receptividade ao evento, para o qual contribuíram, preponderantemente, a Comissão Brasileira de Bibliotecas Universitárias (CBBU), na pessoa de sua então presidente, Sigrid Weiss, ao conclamar seus filiados a participar massivamente do evento, e o reitor da UFBA, ao dirigir-se às IFES, incentivando os Reitores a enviarem seus gestores de bibliotecas; a dinâmica e a comprometida participação dos presentes, na grande maioria dirigentes de bibliotecas universitárias, oriundos de instituições públicas e privadas; e os resultados obtidos mediante a contribuição dos Grupos de Trabalho, após minuciosa análise do *modelo* proposto, durante os dois últimos dias do Seminário, ensejaram alguns resultados, indicados a seguir:

- ✓ Possibilidade de que a Federação de Associações de Bibliotecários (FEBAB) venha a adotar este Documento Final como instrumento para a certificação de qualidade das bibliotecas universitárias brasileiras;
- ✓ Encaminhamento ao INEP de recomendações relativas ao questionário socioeconômico do ENADE, bem como ao instrumento de avaliação dos cursos de graduação, item Biblioteca, por meio de suas Assessoras presentes ao evento, professoras Jane Tutikian e Letícia Suñé;
- ✓ Publicação de uma coletânea pela EDUFBA, em junho de 2009, com pedido de apoio à FAPESB, sobre os temas tratados no Seminário, sendo autores: Ana Reyes Pacios Lozano (Universidad Carlos III de Madrid), Carina Rey Martín (Universidad de Barcelona), Atilio Bustos González (Pontificia Universidad Católica de Chile), Marcela Fushimi (Universidad Nacional de La Plata), Maria Carmen Romcy de Carvalho (Universidade Católica de Brasília), Waldomiro Vergueiro e Telma de Carvalho (ambos da USP), Valéria Gouveia Martins (UNICAMP), Marilene Lobo Abreu Barbosa, Sérgio Franklin, Sônia Chagas Vieira e Nídia Maria Lienert Lubisco (Universidade Federal da Bahia);
- ✓ Convite a Nídia Lubisco para participar como co-autora em coletânea sobre avaliação de biblioteca, a ser publicada pela Escuela Nacional de Biblioteconomía y Archivonomía (MX), em dezembro de 2009;
- ✓ Possibilidade de aplicação-piloto do modelo na UFBA, no âmbito do Sistema de Bibliotecas da UFBA, no curso de 2009.

Finalizando os esclarecimentos, cumpre ainda informar que o presente *Documento Final* foi consolidado a partir das contribuições dos Grupos, com a seguinte metodologia: buscou-se inserir as contribuições de cada um, tanto quanto possível de forma integral e fiel ao que os respectivos participantes haviam proposto; no entanto, houve casos em que se sentiu a necessidade de introduzir alguns ajustes, que variaram desde questões redacionais a pequenos aspectos de conteúdo, visando a guardar coerência entre o que cada Grupo aportara e o espírito do modelo proposto.

#### Nídia M. L. Lubisco4

Sônia Chagas Vieira<sup>5</sup>

Coordenadora Geral do Seminário

Coordenadora Adjunta do Seminário

<sup>&</sup>lt;sup>4</sup> Docente do ICI/UFBA; Doutora em Documentação pela Universidad Carlos III de Madrid.

<sup>&</sup>lt;sup>5</sup> Bibliotecária-chefe da Faculdade de Educação UFBA; Mestre em Ciência da Informação pela Universidade Federal da Bahia.

### 1 INTRODUÇÃO

A avaliação, como um dos componentes imprescindíveis do planejamento e da gestão de qualquer organização, ocupa um lugar permanente na literatura especializada. Sua relevância deve-se ao fato de que sua execução tem como finalidade "reunir dados úteis para a solução de problemas e tomada de decisões." (LANCASTER, 1996, p. 1) Trata-se de um processo que supõe, além da definição de objetivos, a existência de um sistema de informação, adequadamente construído e constantemente alimentado, para a implementação da gestão. As bibliotecas, do ponto de vista organizativo, não fogem a esse processo.

No Brasil, quando o Governo Federal promulgou a legislação e respectivas normas para avaliar os cursos de graduação, em 1996, a Universidade Federal da Bahia (UFBA) foi surpreendida sem o devido preparo para atender a tais demandas governamentais no que se referia às suas bibliotecas. Assim, as exigências do Ministério de Educação e, concomitantemente, as deficiências estruturais e conjunturais que apresentavam as bibliotecas da Universidade, evidenciaram a necessidade de se conhecer o processo de avaliação e os respectivos instrumentos adotados pelo Governo. Somando-se a isto os anos de atuação no setor e as trocas de idéias com colegas, foi possível identificar a inadequação dos instrumentos destinados a medir o desempenho das referidas unidades de informação e, consequentemente, a necessidade de se desenvolver uma metodologia específica, mais adequada para avaliar as bibliotecas universitárias, levando-se em consideração dois elementos: a metodologia elaborada pelo próprio Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) e as peculiaridades dessas bibliotecas.

Diante de tal situação, evidenciou-se como problema de pesquisa o fato de que o Governo Federal, através do Ministério de Educação e de seus órgãos específicos para o tema avaliação, não dispunha – como ainda não dispõe – de indicadores suficientes e adequados para avaliar a biblioteca universitária, na condição de serviço imprescindível para apoiar os programas de ensino.

Nesse contexto, a pesquisa se propôs a identificar as bases teórico-metodológicas estabelecidas pelo Ministério, conhecer a legislação, os instrumentos avaliativos adotados e o *modus operandi* das diferentes Comissões de Avaliação do MEC. Complementarmente, desenvolveu-se também um estudo sobre algumas bibliotecas universitárias ibero-americanas, com a finalidade de averiguar se e como estavam trabalhando o tema. Esta iniciativa permitiu conhecer o entorno real da avaliação na Região e em particular no Brasil.

O ponto de partida para abordar a pesquisa na sua totalidade foram os resultados de um estudo de caso desenvolvido na Universidade Federal da Bahia em 2001, sob a hipótese anteriormente citada de que o Ministério de Educação não contava com critérios e instrumentos adequados para atestar o papel da biblioteca como recurso pedagógico para os cursos de graduação.

A revisão das literaturas brasileira, latino-americana, anglo-saxônica e espanhola – especialmente a referente à experiência da *Red de Bibliotecas Universitarias* (REBIUN) da Espanha – foi imprescindível para que se conhecessem as tendências e o estado-da-arte acerca da matéria.

Ante o exposto, definiu-se como objetivo geral do estudo levar ao conhecimento dos profissionais do setor um *modelo* para a avaliação da biblioteca universitária brasileira, a fim de discuti-lo, aperfeiçoá-lo e adequá-lo à realidade nacional, se assim fosse julgado oportuno.

A elaboração dessa proposta metodológica permitiu também que se conhecessem mais detalhes dos seguintes aspectos:

- a) até que ponto o processo de avaliação realizado pelo INEP é capaz de evidenciar a eficácia ou ineficácia dos sistemas de gestão das bibliotecas, e de refletir sua contribuição para o desenvolvimento dos cursos de graduação;
- b) o referencial teórico utilizado pelo Ministério para avaliar os cursos de graduação através das bibliotecas;
- c) a estrutura do processo avaliativo, as dimensões que contempla, as categorias de análise eleitas, os critérios definidores dos indicadores, os padrões adotados, os instrumentos utilizados, como são aplicados e que resultados são obtidos, tudo a partir de um estudo de caso levado a cabo na UFBA;

- d) o processo de avaliação aplicado na UFBA, suas características, vantagens e problemas, comparativamente ao que estabeleciam, então, a legislação e as normas governamentais;
- e) as possíveis contribuições dos sistemas iberoamericanos de avaliação das bibliotecas universitárias para as bibliotecas brasileiras.

Para chegar ao *modelo* que aqui se apresenta, o desenvolvimento do trabalho compreendeu seis fases:

- a) visão teórica sobre avaliação, qualidade e matérias afins, tais como planejamento
   e gestão de organizações em geral e de bibliotecas em particular;
- b) revisão bibliográfica da literatura brasileira e estrangeira, tendo em conta os antecedentes e a situação atual da biblioteca universitária no País;
- c) identificação da legislação e das normas do Governo Federal no que diz respeito à avaliação da biblioteca universitária no contexto da avaliação das instituições de ensino superior (IES) e, especialmente, dos cursos de graduação;
- d) trabalho de campo na Universidade Federal da Bahia, tendo como objeto de estudo os 13 cursos de graduação avaliados pelo Ministério entre 1997 e 2001<sup>1</sup>;
- e) seleção, identificação e análise dos sistemas de avaliação de bibliotecas de alguns países iberoamericanos, cujas universidades se destacam por sua relevância no âmbito acadêmico da região (Argentina, Brasil, Chile, México, Espanha);
- f) desenvolvimento de uma metodologia de avaliação para as bibliotecas universitárias brasileiras.

Com tudo isso, foi possível alcançar o fim último da investigação: de um lado, desenvolver uma proposta de critérios e padrões essenciais para avaliar a biblioteca universitária brasileira, com base na literatura e em experiências afins; de outro, oferecer um instrumento indutivo e orientador do planejamento e da gestão das bibliotecas acadêmicas.

Além disso, a investigação possibilitou o cumprimento do compromisso assumido com a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Ensino Superior (CAPES) para a obtenção, por parte da autora do *modelo*, de bolsa de estudos para cursar o doutorado em Documentação, na Universidad Carlos III de Madrid (2003-2007).

-

<sup>&</sup>lt;sup>1</sup> Objeto de pesquisa de dissertação. (LUBISCO, 2002)

## 2 MODELO DE AVALIAÇÃO PARA A BIBLIOTECA UNIVERSITÁRIA BRASILEIRA

Confirmada a hipótese de que o INEP não contava com indicadores suficientes e de todo adequados para avaliar as bibliotecas universitárias no contexto da avaliação dos cursos de graduação, comenta-se, a seguir, acerca de alguns modelos tomados como referência e, logo depois, apresenta-se o *modelo* proposto.

# 2.1 OS MODELOS DE REFERÊNCIA E SUA ADAPTAÇÃO À REALIDADE BRASILEIRA

Ao propor um sistema de avaliação para bibliotecas universitárias, Mano González tem claro que a preocupação pelo tema, nos anos 90, deve-se mais "ao interesse que o tema suscitou [...] entre profissionais, docentes e investigadores do campo da Biblioteconomia e Documentação que a iniciativas dos próprios sistemas de bibliotecas para conhecer e melhorar seu desempenho". (MANO GONZÁLEZ, 1998, p.175) O reflexo desse interesse fica evidente na adoção das técnicas de planejamento, gestão e avaliação no âmbito dos sistemas bibliotecários. Essas medidas abriram possibilidades de se determinar objetivos e metas coerentes com as demandas dos usuários e, a partir daí, identificar e aplicar indicadores que revelem o grau de êxito alcançado na sua missão. (MANO GONZÁLEZ, 1998, p. 175)

Baseando-se em Lancaster, a referida autora (GONZÁLEZ, 1998, p. 176) afirma que a avaliação deve orientar-se em direção a quatro vertentes ou objetivos:

- a) determinar níveis de desempenho dos serviços;
- b) comparar as condições e resultados com bibliotecas similares;
- c) justificar a existência da biblioteca; e
- d) identificar fontes de erro e eficácia no desempenho dos serviços.

A estes objetivos correspondem duas funções complementares: uma, de caráter interno, que procura analisar a realidade da própria biblioteca ante o ideal que a ela se atribui; outra, de caráter externo, que tem como referência a atuação de bibliotecas similares, fato que possibilitará validar a comparação.

Ante o exposto, fica evidente que, para levar adiante um processo de avaliação, seja interno ou externo, é necessário superar algumas etapas seqüenciais e interdependentes, segundo o modelo desenvolvido por López Gijón (1996, p. 79):

- a) identificação e coleta de dados representativos do funcionamento da biblioteca;
- b) processamento dos dados para obter indicadores de desempenho;
- c) análise e interpretação dessas informações, cujo resultado constituirá a base sobre a qual se sustentará a tomada de decisões e a avaliação com critérios objetivos.

Quanto aos dados, devem integrar a prática de uma estatística regular e normalizada (MANO GONZÁLEZ, 1998, p. 180), cuja primeira etapa se refere à coleta de <u>dados</u> <u>absolutos</u>, os quais simplesmente medem as atividades desenvolvidas e as condições da biblioteca, como pessoal, recursos financeiros, incremento da coleção, funcionamento dos serviços. A autora ainda esclarece que esses dados refletem uma imagem da realidade, mas não permitem conhecê-la. No entanto, destaca que a <u>coleta regular e sistematizada</u> desses dados absolutos é que possibilitará as análises mais complexas da situação.

Assim, a segunda etapa se refere à formulação do <u>sistema de indicadores</u>. Trata-se de uma tarefa mais complexa, uma vez que ela implica a <u>existência de padrões de desempenho e a aplicação de fórmulas matemáticas</u> para a obtenção dos cálculos sobre o cumprimento satisfatório dos referidos indicadores. Um sistema dessa natureza tem como base de cálculo os dados coletados sobre serviços, atividades e produtos. No entanto, é preciso ter claro que os indicadores não são obtidos a partir de qualquer dado, como se disse antes, e sim a partir daqueles coletados de forma sistemática e normalizada, isto é, sempre da mesma maneira e a partir de fontes previamente determinadas, de modo que se conte com séries históricas.

A etapa final se refere à interpretação e valoração dos indicadores e corresponde ao processo de avaliação propriamente dito. Sua finalidade é incidir diretamente na tomada de decisões, na correção de erros, na melhora de serviços, na identificação de pontos fracos e fortes, enfim, ela deve ser a alavanca que vai possibilitar a implementação das mudanças necessárias para que a biblioteca tenha uma gestão eficaz, orientada a oferecer atividades, serviços e produtos de qualidade. Esta afirmação reflete um consenso da literatura: a avaliação não é um fim em si e sim um meio para alcançar determinado fim.

Convém assinalar que estamos conscientes de que, por ser único, cada sistema de bibliotecas deveria estabelecer seus próprios critérios de avaliação. Não obstante, sabese que tal medida se tornaria praticamente inviável pelos seguintes fatores: o trabalho e o custo envolvidos e o fato de que a avaliação externa se baseia essencialmente na comparação entre bibliotecas. (MANO GONZÁLEZ, 1998, p. 178)

Além disso, ante a pretensão final deste estudo de pesquisa – qual seja, oferecer ao INEP um instrumento capaz de evidenciar o papel da biblioteca na avaliação dos cursos de graduação – o que se desenvolveu aqui não foi um *sistema de indicadores* e sim um *modelo de avaliação*.

Para tanto, consideram-se **grupos de indicadores**, conforme o que determina o instrumental do INEP, as macrofunções ou sistemas da biblioteca universitária. Estes sistemas se referem, segundo a classificação adotada neste estudo, a quatro aspectos relacionados com:

- a) gestão da biblioteca (administração);
- b) ambiente acadêmico (pessoal interno e externo, isto é, estudantes de graduação e pós-graduação, recursos humanos das bibliotecas e pessoal envolvido na gestão e na extensão da universidade);
- c) controle bibliográfico (formação, processamento técnico e desenvolvimento de coleções);
- d) recursos oferecidos aos usuários (serviços e produtos).

Os indicadores, também segundo o INEP, correspondem às funções específicas ou finalidades do sistema bibliotecário. Além destes, foram incluídos os critérios para estabelecer a pontuação e, sempre que possível, padrões, já testados em algumas bibliotecas latino-americanas, bem como os *Indicadores REBIUN* (CONFERENCIA DE RECTORES DE LAS UNIVERSIDADES ESPAÑOLAS, 2000), base dos questionários aplicados nas bibliotecas ibero-americanas selecionadas para constituir a população investigada.

A adoção de alguns padrões de bibliotecas latino-americanas se explica ante a similitude de situação daquelas com as brasileiras; já a escolha dos *Indicadores REBIUN* como principal referência para o questionário se explica, por um lado, ante a qualidade que alcançaram bibliotecas espanholas em geral em comparação com as brasileiras; e, por outro, pela liderança que a Espanha exerce nos países iberoamericanos, em diversos campos de atividade.

No entanto, tentar trasladar de um país para outro um modelo tal como se apresenta na sua origem, ainda que bem sucedido, seria uma medida não só temerária mas imprópria. No que diz respeito às bibliotecas universitárias, especificamente, isto se deve a que as realidades acadêmicas, culturais e sociopolíticas de um país para outro são muito diferentes. Além disso, há praticamente um consenso na literatura condenando esse tipo de importação pelo aspecto artificial de que se reveste.

Apresenta-se a seguir, para efeito de ilustração, o elenco de *Indicadores REBIUN*¹:

- 1 Metros quadrados construídos por usuário
- 2 Estudantes por posto de leitura (assento)
- 3 Incremento de monografías por usuário
- 4 Periódicos correntesem papel por pesquisador
- 5 Volumes informatizados sobre o total
- 6 Visitas por usuário
- 7 Empréstimo por usuário
- 8 Consultas a bases de dados por pesquisador
- 9 Artigos eletrônicos por pesquisador
- 10 Visitas à web por usuário
- 11 Consultas ao catálogo por usuário
- 12 EIB<sup>2</sup>:documentos obtidos por pesquisador
- 13 EIB: artigos por periódico corrente em papel
- 14 Usuários por pessoal da biblioteca
- 15 Técnicos em relação ao total
- 16 Gasto em aquisições por usuário
- 17 Gasto em periódicos por pesquisador
- 18 Gasto em monografias sobre o total
- 19 Gasto em recursos eletrônicos sobre o total [CD, DVD, livro eletrônico]
- 20 Estagiários em relação ao total

17

<sup>&</sup>lt;sup>1</sup> A análise do resultado da pesquisa, no que se refere à validade dos referidos Indicadores para as bibliotecas brasileiras, consta do capítulo 5 da tese, intitulado *La evaluación de las bibliotecas iberoamericanas*. (LUBISCO, 2007, p. 279)

<sup>&</sup>lt;sup>2</sup> EIB = Empréstimo interbibliotecário

Se compararmos, ainda que superficialmente, as bibliotecas universitárias espanholas com as brasileiras, o que se percebe é que as primeiras já superaram muitos aspectos relativos à infraestrutura, à administração, aos serviços e às tecnologias. Também se observa que as questões de pessoal se encontram de certo modo resolvidas (quantidade e qualificação, por exemplo). No Brasil, ao contrário, de modo geral ainda há questões básicas por superar, situação que, há muitos anos, vem sendo objeto de luta por parte dos bibliotecários, como se pode comprovar, principalmente, nos trabalhos de Maria Luisa Monteiro da Cunha (1977) e Maria Lúcia Andrade Garcia (1991).

Além dos *Indicadores REBIUN*, há outras obras que contribuíram para a elaboração do Modelo de avaliação aqui proposto:

- a) um dos documentos do PNBU, elaborado por Maria Carmen Romcy de Carvalho (1995), anteriormente aludido Estatística e padrões para o planejamento e a avaliação das bibliotecas universitárias;
- b) padrões para catalogação de monografias, ainda não estabelecidos formalmente, mas verificados, na prática, pela Biblioteca Central da UFBA e pela Fundação Getúlio Vargas. Cabe assinalar que o acesso a esses padrões deu origem, no Modelo proposto, a uma média de produtividade julgada razoável, tendo em vista os seguintes fatores: o software adotado³, o nível de catalogação estabelecido, a normalização das entradas (diversos tipos e autorias) e os cabeçalhos de assunto, o sistema de classificação e o funcionamento da rede informática. (UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA, 2007; FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS, 2007) Tendo em vista a grande diferença entre as duas instituições, a seguir se apresenta um quadroresumo com os dados por elas fornecidos.

.

<sup>&</sup>lt;sup>3</sup> Tanto a UFBA como a FGV adotam o *software* Pergamum Sistema Integrado de Bibliotecas, atualmente muito difundido no Brasil. Foi desenvolvido pela Pontificia Universidade Católica do Paraná.

INSTITUIÇÃO	CATALO ORIGINA	GAÇÃO AL	COOPE		REGISTI ETIQUET	
	1 hora	6 horas	1 hora	6 horas	1 hora	6 horas
UFBA	2	12*	3,5	20**	30	180***
FGV	4	24	12	72	60	360

Quadro 1 – Padrões para catalogação de monografias

Fonte: UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA (2007); FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS, (2007)

#### Nota:

- \* 10 a 12 obras/6 horas
- \*\* 15 a 20 obras/6 horas

Foram ainda acrescentadas contribuições de outros trabalhos da América Latina, além destes, dois europeus<sup>4</sup>:

- a) Guía metodológica para evaluar las bibliotecas de las instituciones de educación superior de la región centro occidental de ANUIES. (ASOCIACIÓN NACIONAL DE UNIVERSIDADES E INSTITUCIONES DE EDUCACIÓN SUPERIOR, 2000);
- b) Estándares para bibliotecas universitarias chilenas. (CONSEJO DE RECTORES DE LAS UNIVERSIDADES CHILENAS, 2001);
- c) Propuesta de evaluación de bibliotecas [...], de Marta de la Mano González (1998);
- d) Norma UNE 50.137: indicadores de rendimiento bibliotecario. (ASOCIACIÓN ESPAÑOLA DE NORMALIZACIÓN Y CERTIFICACIÓN, 2000)

Também foram utilizados para efeito de comparação e na revisão final, outros documentos sobre o tema<sup>5</sup>, a saber:

 a) Guía de evaluación de bibliotecas. (ESPAÑA. Consejo de Coordinación Universitaria de España, 2002);

<sup>\*\*\* 150</sup> a 200 obras/6 horas de cada uno.

<sup>&</sup>lt;sup>4</sup> Não foram incluídos os trabalhos de Roswitha Poll e Boekhorst (1998) por já estarem contemplados nos *Indicadores REBIUN*.

<sup>&</sup>lt;sup>5</sup> Após o término deste trabalho, tivemos acesso a quatro artigos que, embora tratem do tema indicadores de desempenho, não foram adotados por enfocarem mais os aspectos teórico-conceituais. (COLETTA; ROZENFELD, 2007, GUIMARÃES et al, 2006, ROZADOS, 2005, STUBBS, 2004)

- b) Normas y criterios para la evaluación de las bibliotecas universitarias [...],
   de Marcela Fushimi (2002);
- c) Guía EFQM para la autoevaluación de bibliotecas universitarias, coordenado por Miguel Duarte Barrionuevo (2002);
- d) Desarrollo de nuevos instrumentos de medición de la calidad de las bibliotecas universitarias españolas. (UNIVERSIDAD AUTÓNOMA DE MADRID, 2003);
- e) Manual de instruções para preenchimento dos dados do relatório gerencial estatístico do SBU, do Sistema de Bibliotecas da UNICAMP. (UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS, 2007)

#### 2.2 EXPLICANDO O MODELO PROPOSTO

Com a finalidade de uniformizar a terminologia aqui empregada com relação à do INEP e, assim, permitir um entendimento objetivo dos conceitos adotados, apresentam-se a seguir as definições dos vocábulos e expressões constantes no *modelo* proposto:

- a) Categorias de Análise segundo o documento Avaliação de cursos de graduação: instrumento (INEP, 2006a) trata-se de um grupo de grandes características referentes aos aspectos do curso de graduação sobre os quais se vai emitir um juízo de valor e que, em seu conjunto, expressam uma totalidade. Ex.: Categoria de Análise1: Organização Didático-pedagógica; Categoria de Análise 2: Corpos Docente, Discente e Pessoal Administrativo e de Serviços; Categoria de Análise 3: Instalações Físicas; Categoria de Análise 4: Biblioteca.
- b) Grupos de Indicadores são os elementos representativos das funções e atividades, serviços e produtos da biblioteca. Ex.: Grupo 4.1 Administração; Grupo 4.2 Contexto Acadêmico; Grupo 4.3 Formação, Processamento Técnico e Desenvolvimento das Coleções; Grupo 4.4 Serviços ao Usuário.
- c) Indicador ou Indicador de Desempenho segundo a Norma UNE 50-137, citada, é a expressão que descreve atividades (fatos, pessoas, objetos), serviços e produtos em termos quantitativos e qualitativos, e que possibilita obter evidências concretas

da realidade, isto é, trata-se de uma medida de desempenho. No entanto, para manter a terminologia do INEP, adotou-se o vocábulo tal como este consta no citado Instrumento de 2006<sup>6</sup>.

- d) **Critérios** são especificações dos elementos que servem de base para a avaliação (juízos, comparação ou apreciação) e para atribuir uma nota a um indicador; sempre que possível, vêm acompanhados de padrões mínimos. Ex.: missão do órgão coordenador está acorde com a missão da universidade.
- e) Padrão refere-se a medidas que orientam para o bom desempenho nas atividades, serviços e produtos, ou para boas condições de funcionamento, de maneira que a biblioteca possa cumprir não só suas funções básicas, mas os objetivos estabelecidos no seu planejamento. Ex.: 1 Bibliotecário/500 alunos.
- f) Nota representação numérica do resultado da avaliação de um indicador ou de um grupo de indicadores, numa escala de 1 a 5, sendo 1 o valor mais baixo e 5, o mais alto.
- g) Conceito é a média final da valoração de cada indicador e de um grupo de indicadores, e se refere à categoria de análise; seu cálculo se obtém segundo explica o item 4.3.
- h) Órgão Coordenador ou Biblioteca Principal ou ainda Biblioteca Cabeça de Sistema, é a entidade responsável pela coordenação de um sistema de bibliotecas de determinada IES. Pode ou não ser uma biblioteca. Está representada por OC.
- i) Biblioteca Setorial é uma unidade de informação, que pode localizar-se em uma faculdade, departamento ou outra divisão da estrutura organizacional da IES e que integra o sistema bibliotecário. Está representada por BS.

21

<sup>&</sup>lt;sup>6</sup> Por outro lado, tendo em conta a definição da Asociación Española de Normas Técnicas (AENOR), a segunda coluna do Modelo (Quadro 5, p. 28), a nosso ver, estaria mais bem representada pelos vocábulos **função e condições** em lugar de Indicador, uma vez que se refere às finalidades específicas da biblioteca universitária e suas condições de funcionamento.

Com relação ao Instrumento do INEP, a primeira mudança que se propõe para o novo Modelo é que a biblioteca retorne à sua condição de categoria de análise no processo de avaliação, deixando a condição de "Instalação Física" da universidade. Com esta medida, pretende-se que a biblioteca universitária logre um *status* acadêmico-pedagógico dentro da IES. Em conseqüência, mudam também os grupos de indicadores.

Quanto à estrutura, pareceu-nos conveniente manter o mesmo modelo adotado pelo INEP, por três razões:

- 1) garantir a uniformidade do instrumento, uma vez que as outras categorias de análise que avaliam os cursos de graduação assim se apresentam;
- 2) seu modo de apresentação permite fácil entendimento e manejo;
- 3) ele possibilita a introdução de mudanças com facilidade.

A única mudança estrutural foi feita no número de colunas do formulário, ou seja, em lugar de duas (Indicadores a serem avaliados e Critérios para atribuição de conceitos) vai-se trabalhar com quatro (Grupos de indicadores; Indicador; Critérios para estabelecer a nota; Nota).

Resumindo, as mudanças propostas são de duas naturezas:

- 1) Estratégico-conceitual: a biblioteca muda de *status* dentro da IES e os critérios, sempre que possível, devem incluir padrões mínimos, <u>de maneira que os membros das Comissões de Avaliação disponham de uma base de referência ou ponto de partida</u>. Isto não significa que cada IES, ao longo do tempo, não possa melhorálos segundo suas experiências, peculiaridades e a importância que tenha a biblioteca aos olhos da respectiva instituição. Em conseqüência, redefine-se a terminologia empregada pelo INEP, de modo a refletir uma nova visão acerca do papel da biblioteca dentro da IES.
- 2) Estrutural: em vez de 2 colunas (como aparece no Instrumento do INEP, já citado), passa-se a adotar 4, resultado da mudança proposta, como já se explicou anteriormente.

Com a finalidade de demonstrar a diferença entre o enfoque vigente (INEP) e o proposto (Modelo), a seguir apresentam-se os dois modelos que encabeçam a seção referente à biblioteca.

### CATEGORIA 3 – INSTALAÇÕES FÍSICAS

Grupos de Indicadores	Ponderação
3.1 BIBLIOTECA: adequação do acervo ao programa do curso (graduação)	50
3.2 INSTALAÇÕES ESPECIAIS E LABORATÓRIOS ESPECÍFICOS: para formação básica	10
3.3 INSTALAÇÕES ESPECIAIS E LABORATÓRIOS ESPECÍFICOS: para formação profissional e especializada	20
3.4 INSTALAÇÕES ESPECIAIS E LABORATÓRIOS ESPECÍFICOS: para prática profissional e serviços para a comunidade	20

Quadro 2 – Modelo do INEP Fonte: INEP (2006a, p. 68)

### CATEGORIA DE ANÁLISE 4 – BIBLIOTECA

Grupos de Indicadores	Ponderação
4.1 ADMINISTRAÇÃO	25
4.2. CONTEXTO ACADÊMICO	20
4.3 FORMAÇÃO, PROCESSAMENTO TÉCNICO E DESENVOLVIMENTO DAS COLEÇÕES	25
4.4 SERVIÇOS AO USUARIO	30

Quadro 3 – Modelo proposto Fonte: Lubisco (2007)

Definida a biblioteca como uma categoria de análise, justificam-se as ponderações atribuídas aos Grupos de Indicadores, conforme segue:

a) Os dois primeiros grupos (4.1 e 4.2) se referem aos aspectos orgânicos (contexto estrutural) e organizativos (condições de funcionamento) da biblioteca, isto é, são requisitos que uma organização deve cumprir para seu funcionamento. Numa visão superficial, ou talvez sob a ótica espanhola, poderia parecer mais adequado atribuir-lhe uma ponderação mais baixa ou igual entre si (por exemplo, 20 e 20, como se pensou inicialmente), já que é de se supor que, ao criar-se uma biblioteca acadêmica, ela começa a funcionar afinada à missão, finalidade e às demandas

- da Universidade à qual vai prestar serviço. No entanto, se levarmos em conta a realidade brasileira, considera-se necessário evidenciar a relevância desses aspectos, principalmente do primeiro, de modo que tanto os dirigentes universitários como os avaliadores tenham claro o investimento e os esforços que demanda uma biblioteca dessa natureza.
- b) A diferença de 5 pontos no peso da ponderação do item 4.2 em relação ao 4.1 devese ao fato de que, se os controles de pessoal não forem resolvidos por parte da IES, o próprio sistema bibliotecário pode encontrar soluções internas. De fato, estamos conscientes de que estes dois primeiros grupos apóiam o desenvolvimento das atividades, serviços e produtos específicos da biblioteca, tendo em conta que estes devem garantir a oferta de bons serviços bibliotecários (representados nos grupos 4.3 e 4.4). Mas esse apoio supõe o reconhecimento, por parte da administração superior da IES, do papel desempenhado pela biblioteca para o cumprimento da sua missão. Isto significa dizer que o sistema bibliotecário, além de participar do planejamento institucional, deve dispor de um orçamento que lhe possibilite desenvolver os serviços de apoio aos programas de ensino, pesquisa e extensão.
- c) Os grupos 4.3 e 4.4 se referem às **funções específicas** da biblioteca (serviços orientados para apoiar as necessidades informativas dos programas de ensino, pesquisa e extensão), ainda que o primeiro seja de apoio técnico e o segundo se refira às finalidades da biblioteca. Deste modo, fica evidente a interdependência destes grupos, isto é, para que se cumpram as finalidades da biblioteca (representadas pelos serviços ao usuário) é necessário que ela ofereça uma coleção e serviços de informação devidamente organizados, acessíveis, atualizados, em quantidade adequada ao número de usuários e com conteúdos pertinentes aos programas de ensino e pesquisa. No entanto, a diferença de 5 pontos na ponderação do item 4.3 em relação ao 4.4, se deve à observação prática de que uma defasagem bibliográfica e informativa – como é comum ocorrer no País – pode ser compensada por um pessoal bem formado para atender aos usuários, ou seja, profissionais com uma qualificação adequada, capazes de buscar a informação onde quer que ela se encontre. Não obstante, ante o exposto, destaca-se também a interdependência existente entre os grupos 4.1 e 4.4 que incluem, respectivamente, a formação do pessoal e as diversas modalidades de serviços ao usuário.

d) Outro aspecto a considerar é que, para levar avante um processo avaliativo, seja interno ou externo, o Órgão Coordenador de Sistema precisa dispor de uma infraestrutura de informação gerencial, cujos dados sejam periódica e sistematicamente coletados (sistema de coleta dos dados absolutos). Isto possibilita a criação de um banco de dados que vai refletir toda a dinâmica da biblioteca (banco de informação gerencial, constituído pelos relatórios das atividades e serviços). Estes relatórios, por sua vez, possibilitarão a criação do sistema de indicadores, insumo para a tomada de decisão. Completa-se, assim, o sistema de avaliação.

Os Grupos de Indicadores, representativos dos conjuntos de funções e condições de funcionamento, por sua vez, pretendem mostrar a biblioteca como um elemento essencial da vida acadêmica, integrada por um conjunto orgânico constituído por pessoas, recursos de informação, infraestrutura para prestar os serviços (instalações, equipamentos, tecnologia, entre outros) e um ambiente próprio, tanto interna, quanto externamente (cultura).

A seguir, apresentam-se os quatro Grupos de Indicadores, tal como constam do Quadro 5

- Grupo de Indicador 4.1 ADMINISTRAÇÃO (Quadro 5, p. 28)
  - 4.1.1 DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL DO PONTO DE VISTA
    DO ÓRGÃO COORDENADOR DO SISTEMA DE BIBLIOTECAS
  - 4.1.2 PLANEJAMENTO E AVALIAÇÃO
  - 4.1.3 PESSOAL
  - 4.1.4 ESPACO FÍSICO
  - 4.1.5 FUNCIONAMENTO
  - 4.1.6 INFRAESTRUTURA PARA OS SERVIÇOS
  - 4.1.7 SEGURANÇA E CONDIÇÕES AMBIENTAIS
- Grupo de Indicador 4.2 CONTEXTO ACADÊMICO (Quadro 5, p. 36)
  - 4.2.1 USUÁRIOS
  - 4.2.2 PROJETO PEDAGÓGICO DE CURSO/PLANO DE ENSINO
- Grupo de Indicador 4.3 FORMAÇÃO, PROCESSAMENTO TÉCNICO E DESENVOLVIMENTO DAS COLEÇÕES (Quadro 5 p.37)
  - 4.3.1 SELEÇÃO DE RECURSOS INFORMACIONAIS

- 4.3.2 AQUISIÇÃO DE RECURSOS INFORMACIONAIS
- 4.3.3 TRATAMENTO DA INFORMAÇÃO
- 4.3.4 CONDIÇÕES DE ACESSO À COLEÇÃO

### • Grupo de Indicador 4.4 - SERVIÇOS AO USUÁRIO (Quadro 5, p. 45)

### 4.4.1 PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

Cada indicador terá seus respectivos critérios para que se possa atribuir-lhe uma nota. Esta, por sua vez, será representada em uma escala de 1 a 5, sendo 1 o valor mais baixo, segundo determinam a legislação e as normas vigentes. A média das notas vai gerar a média semifinal para cada Grupo de Indicador. As notas dos 4 Grupos, segundo as ponderações estabelecidas, possibilitarão, primeiramente, o cálculo do conceito final da biblioteca, e em segundo lugar, do curso de graduação.

A base deste *modelo*, como já se comentou anteriormente, é o Instrumento do INEP, o que significa que as orientações acerca da valoração e atribuição de conceitos aplicados às outras categorias de análise também serão levadas em conta na biblioteca, segundo o que estabelece o referido Instrumento. (INEP, 2006a, p. 22-24)

Este Modelo supõe que cada Órgão Coordenador do Sistema forma uma rede de bibliotecas em uma determinada Instituição (ou conta com uma estrutura organizativa que possibilite esse vínculo), e assim seja capaz de alimentar sistematicamente o banco de informações gerenciais. Esse banco de dados, por sua vez, como visto anteriormente, deve ser estruturado de maneira que reflita toda a dinâmica da biblioteca, no que se refere às suas finalidades, traduzidas em atividades, serviços e produtos. A partir desse banco, serão retirados os relatórios de gestão (com dados absolutos) que, por sua vez, constituirão a base do Sistema de Indicadores e os insumos para o planejamento e a avaliação, segundo propõe López Gijón (1996, p. 79).

Cumpre esclarecer que os dois primeiros Indicadores do modelo (4.1.1 e 4.1.2.) referemse ao órgão coordenador do sistema, aqui chamado **OC**. O INEP deve levar em consideração que, ainda que esteja avaliando uma biblioteca de faculdade ou de área – aqui chamada Biblioteca Setorial ou **BS** (no plural, BBSS) – não pode prescindir de considerar essa biblioteca no seu contexto organizativo, isto é, de saber que tipo de vínculo ou subordinação tem em relação ao OC (técnico-administrativo? só técnico? só administrativo? não tem vínculo? neste caso, sua subordinação hierárquica se circunscreve à faculdade onde está inserida?) Identificar esse aspecto não implica, *a priori*, emitir nenhum juízo de valor e sim considerar que uma das características das bibliotecas universitárias é não ter autonomia administrativa. No entanto, ter claros os níveis hierárquicos e, por conseqüência, os canais de comunicação por onde transita a biblioteca (relações organizacionais formais) é fundamental para diagnosticar o modo como ela se move dentro da IES e ante que instâncias decisórias ela deve prestar contas.

O cálculo do conceito final da categoria de análise Biblioteca estará baseado no que estabelece a Lei 10.861/2004 e no Instrumento do INEP de 2006. Esse resultado final, por sua vez, formará parte do cálculo do conceito final a ser atribuído ao curso de graduação em que se encontra a biblioteca.

#### 2.3 CÁLCULO DAS NOTAS PARA AVALIAÇÃO DA BIBLIOTECA

A obtenção das notas parciais e da nota final da categoria de análise Biblioteca deve seguir a metodologia do INEP (2006) adotada para as outras categorias de análise, motivo pelo qual se considerou desnecessário apresentá-la neste documento. O que deve ser destacado como relevante é a mudança de *status* que se propõe para a Biblioteca dentro do processo avaliativo e o nível de detalhamento e abrangência que se procurou imprimir ao modelo de avaliação, de modo a revelar as funções e o funcionamento da biblioteca universitária. Ante o exposto, as notas atribuídas a cada situação (de melhor a pior) seguem os mesmos critérios estabelecidos para as outras categorias.

De qualquer modo, nos parece necessário acrescentar que temos consciência que a aplicação do modelo proposto, diante de determinadas circunstâncias, poderá suscitar dúvidas ao avaliador, embora se tenha pretendido evitar critérios subjetivos. É provável que ele se depare com casos em que se verá obrigado a tomar uma decisão entre dois itens similares ou com uma determinada situação que não está bem definida no modelo. Não será incomum também que uma biblioteca não cumpra todos os requisitos correspondentes a uma determinada nota. No entanto, como pensam alguns teóricos, a exemplo de Helen Tutle e M. Gopinath (1981) e Peter Brophy (2006), há momentos em que os bons exemplos de desempenho e a prática baseada em evidências ou mesmo o bom senso terão prioridade sobre dados concretos. Os dois primeiros autores, citados por Carvalho (1981, p. 26), afirmam que

[...] a maioria dos padrões usados atualmente foram estabelecidos através de consenso de bibliotecários experientes e de estimativas, não tendo sido formulados a partir de dados objetivos.

Este respaldo também foi encontrado no próprio Instrumento do INEP, como se vê no Quadro 4 a seguir, onde o Instituto considera a possibilidade de que se aplique "o critério dos avaliadores".

Média dos Indicadores da Categoria (MAI)	Conceito da Categoría
1,0 ≤ MAI < 1,4	1
1,4 ≤ MAI ≤ 1,7	1 ou 2, segundo o critério dos avaliadores
1,7 < MAI < 2,4	2
2,4 ≤ MAI ≤ 2,7	2 ou 3, segundo o critério dos avaliadores
2,7 < MAI < 3,4	3
3,4 ≤ MAI ≤ 3,7	3 ou 4, segundo o critério dos avaliadores
3,7 < MAI < 4,4	4
4,4 ≤ MAI ≤ 4,7	4 ou 5, segundo o critério dos avaliadores
4,7 < MAI ≤ 5.0	5

Quadro 4 – Matriz de associação para a atribuição de conceitos para as Categorias, segundo determina o INEP

Fonte: INEP (2006a, p. 23).

Apresentado inicialmente como uma proposta, pretendeu-se que o modelo fosse amplamente discutido no território nacional com os pares das IES e com os especialistas do INEP, fato que ocorreu com a concretização do Seminário Avaliação da Biblioteca Universitária Brasileira. Na ocasião, os participantes do evento não só compreenderam e acataram o espírito que dava anima ao modelo proposto – de que as bibliotecas acadêmicas passassem a ser vistas e a atuar como efetivo recurso pedagógico da universidade – como deixaram emergir, praticamente como uma consequência natural do encontro e das discussões, que ele fosse adotado como um instrumento de certificação de qualidade da biblioteca universitária pela Federação Brasileira de Associações de

Bibliotecários, Cientistas da Informação e Instituições (FEBAB), caso esta venha a ser o organismo de certificação de bibliotecas no País.

Com isto, parece que o Seminário chegou a alguns resultados importantes: análise crítica do modelo; seu aperfeiçoamento mediante as contribuições dos Grupos de Trabalho; desejo de sua aplicação como piloto por parte de algumas IES, fato que gerará seu aperfeiçoamento continuado para adaptação às necessidades e peculiaridades brasileiras; encaminhamento de recomendações ao INEP, especificamente para o questionário socioeconômico do Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (ENADE) e para os instrumentos de avaliação das IES; perspectiva de que este Documento-final venha a servir de base para um instrumento de certificação de qualidade.

Assim, a partir daqui, tudo indica que se beneficiam diretamente deste trabalho, de um lado, o INEP na sua tarefa de avaliação das IES e, de outro, os sistemas de bibliotecas das universidades brasileiras, tanto para enfrentar os processos de avaliação, quanto para elaborar o planejamento e a gestão de seus respectivos sistemas de bibliotecas.

A seguir, apresenta-se o modelo propriamente dito para avaliar a biblioteca universitária.

## 2.4 A BIBLIOTECA COMO CATEGORIA DE ANÁLISE: O MODELO

## CATEGORIA DE ANÁLISE 4 - BIBLIOTECA

4.1.1 DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL DO ORGANO COORDENADOR (CO.) DO SISTEMA DE BILLOTECAS  Refere-se à situacità orgànicate de cause implicações quanto ao planejamento da gestão e do organiento.  Refere-se à situacità orgànicate de constitución de companio de	GRUPOS DE INDICADORES	INDICADORES	CRITÉRIOS PARA ATRIBUIR NOTA E PADRÕES (SE COUBER)	NOTA
uma unidade orçamentária da IES. do Oc suas implicações quanto so planejamento de gestão e do orçamento da questão e do orçamento da co CO di determinado regimentalmente a representa um minimo da 4 ou 5%; do orgamento da IES (recursos do orçamento).  5) O Oc controla a recelta prevista, a recelta real e as despesas realizadas.  6) O OC tem infraestrutura e estrutura para captar e gestionar recursos externos procedentes de projetos, editais, departamentos, programas de pos-graduação etc. e oriundos da prestação de serviços a comunidade externa, que contribuem para o seu autofilmentamento.  • O percentual atá a nota 3 pode ser menor e justificado se houver um expresso externos prodes externos, que contribuem para o seu autofilmentamento.  • O percentual atá a nota 3 pode ser menor e justificado se houver um expresso externos prodes externos, que contribuem para o seu autofilmentamento.  • O percentual atá a nota 3 pode ser menor e justificado se houver um expresso externos prodes externos, que contribuem para o seu autofilmentamento.  • O percentual atá a nota 3 pode ser menor e justificado se houver um expresso externos prodes externos expedires para externos do fiscou- ro, no caso de IES pública; e o mesmo percentual no caso das IES privadas.  1) O C depende orgamicamente da relitoria ou de uma pró-relitoria (ou órgão equivalente).  2) O C Cesta incluído no plano da IES, no qual baseia sua missão, e participa do processos de planejamento institucional.  3) A instituição determina recursos específicos para o OC, ou seja, eta é uma unidade orçamentafra da IES, eta de la IES,  4) O orçamento para o OC é determinado regimentalmente e repre- senta 3% do orçamento da IES (recursos do Tescouro, no caso das IES públicas; en enucas gelobate da instituição, no caso das IES privadas), excluíndo-se a folha de pagamento.  5) O CC centrola a recusta prevista, a recusta real e as despesas realizadas.  6) O CC em Infraestrutura e estrutura para captar e gestionar recursos externos procedentes de projetos, editais, departamento	4.1 ADMINISTRAÇÃO	INSTITUCIONAL DO PONTO DE VISTA DO ÓRGÃO COORDENADOR (OC) DO SISTEMA DE	(ou órgão equivalente).  2) O OC está incluído no plano da IES, no qual baseia sua missão, e	5
Tesouro, no caso das IES públicas; e recursos globais da Instituição, no caso das IES públicas; e recursos globais da Instituição, no caso das IES públicas; e recursos externos procedentes de projetos, editais, departamentos, programas de pos-graduação etc. e ortindos da prestação de serviços à comunidade externa, que contribuem para o seu autofinanciamento.  * O percentual até a nota 3 pode ser menor e justificado se houver um escalonamento dentro de um plano quadrienal que, a partir de x anos, estabelega um valor têxo minimo entre 2 e 3% dos recursos do Tescuro, no caso de IES pública; e o mesmo percentual no caso das IES provadas.  1) O CC depende organicamente da reitoria ou de uma pro-reitoria (ou órgão equivalente).  2) O CC está incluído no plano da IES, no qual baseia sua missão, e participa do processo de planejamento institucional.  3) A instituição determina recursos específicos para o OC, ou seja, eie é uma unidade orçamentária da IES.  4) O orçamento para O Cê determinado regimentalmente e representa 3% do orçamento para O Cê determinado regimentalmente e representa 3% do orçamento fase IES (recursos do Tesouro, no caso das IES públicas; e recursos globais da Instituição, no caso das IES privadas), excluíndo-se a folha de pagamento.  5) O CC controla a receita prevista, a receita real e as despesas realizadas.  6) O CC tem infraestrutura e estrutura para captar e gestionar recursos externos procedentes de projetos, editais, departamentos, programas de pos-graduação do te o drundos da prestação do serviços à comunidade externa, que contribuem para o seu autofinanciamento.  1) O CC depende organicamente da reitoria ou de uma pró-reitoria (ou dragão equivalente)  2) O CC está incluído no plano da IES, no qual baseia sua missão, e participa do processo de planejamento instituição, no caso das IES públicas; e recursos globais da Instituição, no caso das IES públicas; e recursos globais da Instituição, no caso das IES públicas; e recursos globais da Instituição, no caso das IES públicas; e recursos groce		do OC e suas implicações quanto ao planejamento da gestão e do	uma unidade orçamentária da IES.  4) O orçamento para o OC é determinado regimentalmente e	
realizadas.  6) O OC tem infraestrutura e estrutura para captar e gestionar recursos externos procedentes de projetos, editais, departamen-tos, programas de pos-graduação etc. e ortunidas da prestação de serviços à comunidade externa, que contribuem para o seu autofinanciamento.  * O percentual até a nota 3 pode ser menor justificado se houver um escalonamento dentro de um plano quadrienal que, a partir de x anos, estabeleça um valior fixo mínimo entre 2 e 3% dos recursos do fiseou-10, no caso de 1ES pública; e o mesmo percentual no caso das 1ES privadas.  1) O CC depende organicamente da reitoria ou de uma pró-reitoria (ou órgão equivalente).  2) O CO está incluído no plano da IES, no qual baseia sua missão, e participa do processo de planejamento institucional.  3) A instituição determina recursos específicos para o OC, ou seja, ele é uma unidade orgamentaria da IES.  4) O orgamento para o DC é determinado regimentalmente e representa 3% do orgamento da IES (fecursos do Toscouro, no caso das IES privadas), excluíndo-se a folha de pagamento.  5) O CC controla a receita prevista, a receita real e as despesas realizadas.  6) O CC tem infraestrutura e estrutura para captar e gestionar recursos externos procedentes de projetos, editais, departamentos, programas de pós-graduação etc o en únido sãa perio do eserviços à comunidade externa, que contribuem para o seu autofinanciamento.  1) O CC depende organicamente da reitoria ou de uma pró-reitoria (ou órgão equivalente)  2) O CC está incluído no plano da IES, no qual baseia sua missão, e participa do processo de planejamento institucional  3) A instituição determina recursos específicos para o OC, ou seja, ele é uma unidade orçamentária da IES.  4) O orçamento para o OC é determinador regimentalmente e representa 1 a 2% do orgamento da IES (recursos do Tesouro, no caso das IES públicas; e recursos globais da Instituciona, no caso das IES privados, excluíndo-se a folha do IES (recursos do Tesouro, no caso das IES privados, excluíndo-se a folha de pegamento.  5) O OC			Tesouro, no caso das IES públicas; e recursos globais da Instituição,	
récursos externos procedentes de projetos, editais, departamen-tos, programas de pos-graduação etc. e orfundos de serviços à comunidade externa, que contribuem para o seu autofinanciamento.  *O percentual até a nota 3 pode ser menor e justificado se houver um escalonamento dentro de um plano quarien al que, a partir de x anos, estabeleça um valor fixo minimo entre 2 e 3 mecurorso de Tesouro, no caso de IES pública; e o mesmo percentual no caso das IES privadas.  1) O OC depende organicamente da reitoria ou de uma pró-reitoria (ou orgão equivalente).  2) O OC está incluído no plano da IES, no qual baseia sua missão, e participa do processo de planejamento institucian.  3) A instituição determina recursos específicos para o OC, ou seja, ele é uma unidade orçamentaria da IES.  4) O orçamento para o OC é determinado regimentalmente e representa 3% do orçamento ás IES (recursos do Tesouro, no caso das IES públicas; e recursos globais da Instituição, no caso das IES privadas), excluíndo-se a folha de pagamento.  5) O OC controla a receita prevista, a receita real e as despessa realizadas.  6) O OC em infraestrutura e estrutura para captar e gestionar recursos externos procedentes de projetos, editais, deparamentos, programas de pos-graduação et ce orfundos da prestação de serviços à comunidade externa, que contribuem para o seu autofinanciamento.  1) O OC depende organicamente da reitoria ou de uma pró-reitoria (ou órgão equivalente)  2) O OC está incluído no plano da IES, no qual baseia sua missão, e participa do processo de planejamento institucional  3) A instituição determina recursos específicos para o OC, ou seja, ele é uma unidade orçamentaria da IES.  4) O orçamento para o OC é determinado regimentalmente e representa 1 a 2% do orçamento da IES, frecursos do Tesouro, no caso das IES públicas; e recursos específicos para o OC, ou seja, ele é uma unidade orçamentaria da IES.				
escalonamento dentro de um plano quadrienal que, a partir de x anos, estabeleça um valor fixos mínimo entre 2 e 3% dos recursos do fescuro, no caso de IES pública; e o mesmo percentual no caso das IES privadas.  1) O OC depende organicamente da reitoria ou de uma pró-reitoria (ou órgão equivalente).  2) O OC está incluído no plano da IES, no qual baseia sua missão, e participa do processo de planejamento institucional.  3) A instituição determina recursos específicos para o OC, ou seja, ele é uma unidade orgamentaria da IES.  4) O orçamento para o OC é determinado regimentalmente e representa 3% do orçamento da IES (recursos do Tesouro, no caso das IES privadas), excluindo-se a folha de pagamento.  5) O OC controla a receita prevista, a receita real e as despesas realizadas.  6) O OC tem infraestrutura e estrutura para captar e gestionar recursos externos procedentes de projetos, editais, departamentos, programas de pós-graduação et co ortinotação et co ortinotação de reserviços à comunidade externa, que contribuem para o seu autofinanciamento.  1) O OC depende organicamente da reitoria ou de uma pró-reitoria (ou órgão equivalente)  2) O OC está incluído no plano da IES, no qual baseia sua missão, e participa do processo de planejamento institucional  3) A instituição determina recursos específicos para o OC, ou seja, ele é uma unidade orçamentária da IES.  4) O orçamento para o OC é determinado regimentalmente e representa 1 a 2% do orçamento da IES (recursos do Fesouro, no caso das IES privadas), excluindo-se a folha de pagamento.  5) O OC controla a receita prevista, a receita real e as despesas realizadas.  6) O OC tem infraestrutura e estrutura para captar e gestionar recursos externos procedentes de projetos, editais, departamentos, programas da pos-graduação et co ortinotos da Irestação de posquadas de pos-graduação et co ortinotos da prestação de posquada do posquada da pagamento.			recursos externos procedentes de projetos, editais, departamen-tos, programas de pós-graduação etc. e oriundos da prestação de serviços à comunidade externa, que contribuem para o seu	
(ou órgão equivalente).  2) O OC está incluído no plano da IES, no qual baseia sua missão, e participa do processo de planejamento institucional.  3) A instituição determina recursos específicos para o OC, ou seja, ele é uma unidade orçamentaria da IES.  4) O orçamento para o OC é determinado regimentalmente e representa 3% do orçamento da IES (recursos do Tesouro, no caso das IES públicas; e recursos globais da Instituição, no caso das IES privadas), excluindo-se a folha de pagamento.  5) O OC controla a receita prevista, a receita real e as despesas realizadas.  6) O OC tem infraestrutura e estrutura para captar e gestionar recursos externos procedentes de projetos, editais, departamentos, programas de pós-graduação et e oriundos da prestação de serviços à comunidade externa, que contribuem para o seu autofinanciamento.  1) O OC depende organicamente da reitoria ou de uma pró-reitoria (ou orgão equivalente)  2) O OC está incluído no plano da IES, no qual baseia sua missão, e participa do processo de planejamento institucional  3) A instituição determina recursos específicos para o OC, ou seja, ele é uma unidade orçamentaria da IES.  4) O orçamento para o OC é determinado regimentalmente e representa 1 a 2% do orçamento da IES (recursos do Tesouro, no caso das IES públicas; e recursos globais da Instituição, no caso das IES públicas; e recursos globais da Instituição, no caso das IES públicas; e recursos globais da Instituição, no caso das IES públicas; e recursos globais da Pastituição, no caso das IES públicas; e recursos globais da Pastituição, no caso das IES públicas; e recursos globais da Pastituição, no caso das IES públicas; e recursos globais da Pastituição, e caso das IES públicas; e recursos globais da Pastituição, e caso das IES públicas; e recursos globais da Pastituição, e con caso das IES públicas; e recursos globais da Pastituição, e con caso das IES públicas; e recursos globais da Pastituição, e con caso das IES públicas; e recursos globais da Pastituição, e con caso das IES públicas; e recurs			escalonamento dentro de um plano quadrienal que, a partir de x anos, estabeleça um valor fixo mínimo entre 2 e 3% dos recursos do Tesouro, no caso de IES pública; e o mesmo percentual no caso das IES	
e participa do processo de planejamento institucional.  3) A instituição determina recursos específicos para o OC, ou seja, ele é uma unidade orçamentária da IES.  4) O orçamento para o OC é determinado regimentalmente e representa 3% do orçamento para o OC é determinado regimentalmente e representa 3% do orçamento da IES (recursos do Tesouro, no caso das IES públicas; e recursos globais da Instituição, no caso das IES privadas), excluindo-se a folha de pagamento.  5) O OC controla a receita prevista, a receita real e as despesas realizadas.  6) O OC tem infraestrutura e estrutura para captar e gestionar recursos externos procedentes de projetos, editais, departamentos, programas de pós-graduação etc e oriundos da prestação de serviços à comunidade externa, que contribuem para o seu autofinanciamento.  1) O OC depende organicamente da reitoria ou de uma pró-reitoria (ou órgão equivalente)  2) O OC está incluido no plano da IES, no qual baseia sua missão, e participa do processo de planejamento institucional  3) A instituição determina recursos específicos para o OC, ou seja, ele é uma unidade orçamentária da IES.  4) O orçamento para o OC é determinado regimentalmente e representa 1 a 2% do orçamento da IES (recursos do Tesouro, no caso das IES públicas; e recursos globais da Instituição, no caso das IES privadas), excluindo-se a folha de pagamento.  5) O OC controla a receita prevista, a receita real e as despesas realizadas.  6) O OC tem infraestrutura e estrutura para captar e gestionar recursos externos procedentes de projetos, editais, departamentos, programas de pó-graduação etc e oriundos da prestação de				4
ele é uma unidade orçamentária da IES.  4) O orçamento para o OC é determinado regimentalmente e representa 3% do orçamento da IES (recursos do Tesouro, no caso das IES públicas; e recursos globais da Instituição, no caso das IES privadas), excluindo-se a folha de pagamento.  5) O OC controla a receita prevista, a receita real e as despesas realizadas.  6) O OC tem infraestrutura e estrutura para captar e gestionar recursos externos procedentes de projetos, editais, departamentos, programas de pós-graduação etc e oriundos da prestação de serviços à comunidade externa, que contribuem para o seu autofinanciamento.  1) O OC depende organicamente da reitoria ou de uma pró-reitoria (ou órgão equivalente)  2) O OC está incluído no plano da IES, no qual baseia sua missão, e participa do processo de planejamento institucional  3) A instituição determina recursos específicos para o OC, ou seja, ele é uma unidade orçamentária da IES.  4) O orçamento para o OC é determinado regimentalmente e representa 1 a 2% do orçamento da IES (recursos do Tesouro, no caso das IES públicas; e recursos globais da Instituição, no caso das IES privalosa), excluindo-sa, excluindo-sa folha de pagamento.  5) O OC controla a receita prevista, a receita real e as despesas realizadas.  6) O OC tem infraestrutura e estrutura para captar e gestionar recursos externos procedentes de projetos, editais, departamentos, programas de pós-graduação etc e oriundos da prestação de				
senta 3% do orçamento da IES (recursos do Tesouro, no caso das IES públicas; e recursos globais da Instituição, no caso das IES privadas), excluindo-se a folha de pagamento.  5) O OC controla a receita prevista, a receita real e as despesas realizadas.  6) O OC tem infraestrutura e estrutura para captar e gestionar recursos externos procedentes de projetos, editais, departamentos, programas de pós-graduação etc e oriundos da prestação de serviços à comunidade externa, que contribuem para o seu autofinanciamento.  1) O OC depende organicamente da reitoria ou de uma pró-reitoria (ou órgão equivalente)  2) O OC está incluído no plano da IES, no qual baseia sua missão, e participa do processo de planejamento institucional  3) A instituição determina recursos específicos para o OC, ou seja, ele é uma unidade orçamentária da IES.  4) O orçamento para o OC é determinado regimentalmente e representa 1 a 2% do orçamento da IES (recursos do Tesouro, no caso das IES públicas; e recursos globais da Instituição, no caso das IES púvadas), excluindo-se a folha de pagamento.  5) O OC controla a receita prevista, a receita real e as despesas realizadas.  6) O OC tem infraestrutura e estrutura para captar e gestionar recursos externos procedentes de projetos, editais, departamentos, programas de pós-graduação etc e oriundos da prestação de				
realizadas.  6) O OC tem infraestrutura e estrutura para captar e gestionar recursos externos procedentes de projetos, editais, departamentos, programas de pós-graduação etc e oriundos da prestação de serviços à comunidade externa, que contribuem para o seu autofinanciamento.  1) O OC depende organicamente da reitoria ou de uma pró-reitoria (ou órgão equivalente)  2) O OC está incluído no plano da IES, no qual baseia sua missão, e participa do processo de planejamento institucional  3) A instituição determina recursos específicos para o OC, ou seja, ele é uma unidade orçamentária da IES.  4) O orçamento para o OC é determinado regimentalmente e representa 1 a 2% do orçamento da IES (recursos do Tesouro, no caso das IES públicas; e recursos globais da Instituição, no caso das IES privadas), excluindo-se a folha de pagamento.  5) O OC controla a receita prevista, a receita real e as despesas realizadas.  6) O OC tem infraestrutura e estrutura para captar e gestionar recursos externos procedentes de projetos, editais, departamentos, programas de pós-graduação etc e oriundos da prestação de			senta 3% do orçamento da IES (recursos do Tesouro, no caso das IES públicas; e recursos globais da Instituição, no caso das IES	
recursos externos procedentes de projetos, editais, departamentos, programas de pós-graduação etc e oriundos da prestação de serviços à comunidade externa, que contribuem para o seu auto-financiamento.  1) O OC depende organicamente da reitoria ou de uma pró-reitoria (ou órgão equivalente)  2) O OC está incluído no plano da IES, no qual baseia sua missão, e participa do processo de planejamento institucional  3) A instituição determina recursos específicos para o OC, ou seja, ele é uma unidade orçamentária da IES.  4) O orçamento para o OC é determinado regimentalmente e representa 1 a 2% do orçamento da IES (recursos do Tesouro, no caso das IES públicas; e recursos globais da Instituição, no caso das IES privadas), excluindo-se a folha de pagamento.  5) O OC controla a receita prevista, a receita real e as despesas realizadas.  6) O OC tem infraestrutura e estrutura para captar e gestionar recursos externos procedentes de projetos, editais, departamentos, programas de pós-graduação etc e oriundos da prestação de				
(ou órgão equivalente)  2) O OC está incluído no plano da IES, no qual baseia sua missão, e participa do processo de planejamento institucional  3) A instituição determina recursos específicos para o OC, ou seja, ele é uma unidade orçamentária da IES.  4) O orçamento para o OC é determinado regimentalmente e representa 1 a 2% do orçamento da IES (recursos do Tesouro, no caso das IES públicas; e recursos globais da Instituição, no caso das IES privadas), excluindo-se a folha de pagamento.  5) O OC controla a receita prevista, a receita real e as despesas realizadas.  6) O OC tem infraestrutura e estrutura para captar e gestionar recursos externos procedentes de projetos, editais, departamentos, programas de pós-graduação etc e oriundos da prestação de			recursos externos procedentes de projetos, editais, departamentos, programas de pós-graduação etc e oriundos da prestação de serviços à comunidade externa, que contribuem para o seu auto-	
e participa do processo de planejamento institucional  3) A instituição determina recursos específicos para o OC, ou seja, ele é uma unidade orçamentária da IES.  4) O orçamento para o OC é determinado regimentalmente e representa 1 a 2% do orçamento da IES (recursos do Tesouro, no caso das IES públicas; e recursos globais da Instituição, no caso das IES privadas), excluindo-se a folha de pagamento.  5) O OC controla a receita prevista, a receita real e as despesas realizadas.  6) O OC tem infraestrutura e estrutura para captar e gestionar recursos externos procedentes de projetos, editais, departamentos, programas de pós-graduação etc e oriundos da prestação de				3
ele é uma unidade orçamentária da IÉS.  4) O orçamento para o OC é determinado regimentalmente e representa 1 a 2% do orçamento da IES (recursos do Tesouro, no caso das IES públicas; e recursos globais da Instituição, no caso das IES privadas), excluindo-se a folha de pagamento.  5) O OC controla a receita prevista, a receita real e as despesas realizadas.  6) O OC tem infraestrutura e estrutura para captar e gestionar recursos externos procedentes de projetos, editais, departamentos, programas de pós-graduação etc e oriundos da prestação de				
representa 1 a 2% do orçamento da IES (recursos do Tesouro, no caso das IES públicas; e recursos globais da Instituição, no caso das IES privadas), excluindo-se a folha de pagamento.  5) O OC controla a receita prevista, a receita real e as despesas realizadas.  6) O OC tem infraestrutura e estrutura para captar e gestionar recursos externos procedentes de projetos, editais, departamentos, programas de pós-graduação etc e oriundos da prestação de				
realizadas.  6) O OC tem infraestrutura e estrutura para captar e gestionar recursos externos procedentes de projetos, editais, departamentos, programas de pós-graduação etc e oriundos da prestação de			representa 1 a 2% do orçamento da IES (recursos do Tesouro, no caso das IES públicas; e recursos globais da Instituição, no caso das	
recursos externos procedentes de projetos, editais, departamentos, programas de pós-graduação etc e oriundos da prestação de				
autofinanciamento.			recursos externos procedentes de projetos, editais, departamentos, programas de pós-graduação etc e oriundos da prestação de serviços à comunidade externa, que contribuem para o seu	

GRUPOS DE INDICADORES	INDICADORES	CRITÉRIOS PARA ATRIBUIR NOTA E PADRÕES (SE COUBER)	NOTA
4.1 ADMINISTRAÇÃO	4.1.1 DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL DO PONTO DE VISTA DO ÓRGÃO COORDENADOR (OC) DO SISTEMA DE BIBLIOTECAS  Refere-se à situação orgânica do OC e suas implicações quanto ao planejamento da gestão e do orçamento.	1) OC depende organicamente da reitoria ou de uma pró-reitoria (ou órgão equivalente)  2) O OC está incluído no plano institucional por mera formalidade, isto é, tem recursos determinados por parte da administração superior da IES, mas não participa do processo de planejamento institucional.  3) O OC não é uma unidade orçamentária, mas pode captar recursos externos procedentes de projetos, editais, departamentos, programas de pós-graduação etc. e da prestação de serviços para a comunidade externa, que permitem seu autofinanciamento.  4) O OC pode conhecer a distribuição do orçamento institucional, mas não alcança os percentuais referentes às notas de 3 a 5.	2
		<ol> <li>O OC depende organicamente de um setor técnico ou administrativo da IES.</li> <li>O OC não está incluído no plano institucional e, portanto, a determinação de recursos por parte da administração superior da IES é aleatória ou episódica.</li> </ol>	1
		<ol> <li>O OC não é uma unidade orçamentária e conta unicamente com os recursos determinados pela IES.</li> </ol>	
	4.1.2 PLANEJAMENTO E AVALIAÇÃO  Refere-se ao modelo de gestão, à prática de planejamento e ao sistema de avaliação.	<ol> <li>O modelo de gestão do OC se baseia em uma missão adequada à missão institucional e a partir dela elabora seu plano estratégico de trabalho, com objetivos e metas estabelecidos e devidamente orçados.</li> <li>O OC conta com um regimento interno e uma estrutura organizacional definida e adequada à sua função com relação à IES (não está super nem infradimensionada com relação à IES e reflete bem suas funções e finalidades).</li> <li>O OC trabalha em rede eletrônica com as Bibliotecas Setoriais (BBSS) e dispõe de um banco de informações gerenciais (BIG) ou o software adotado para o gerenciamento da coleção e dos serviços atende às demandas do sistema de coleta de dados. O sistema de coleta de dados é eletrônico e conta com manual de instruções.</li> <li>O OC conta com um setor específico (ou unidade organizacional) de planejamento e avaliação e seu pessoal tem formação adequada para este fim ou conta com o apoio ou assessoria de uma Comissão de Planejamento ou de Biblioteca.</li> <li>O OC conta com um sistema de avaliação de desempenho das bibliotecas da IES, registrado em uma política e com instrumentos específicos (princípios e critérios, sistema de coleta de dados e respectivo BIG, sistema de indicadores e padrões, modelo definido de relatório, manuais de procedimento e relatório de análise crítica de desempenho).</li> <li>O Sistema de bibliotecas conta com mecanismos formais de comunicação interna (quadros de avisos, boletins informativos, ramais telefônicos, telefax, correio eletrônico, intranet).</li> </ol>	5
		1) O modelo de gestão do OC se baseia em uma missão adequada à missão institucional e a partir dela elabora seu plano estratégico de trabalho, com objetivos e metas estabelecidos e devidamente orçados.  2) O OC conta com um regimento interno e uma estrutura organizacional definida e adequada á sua função com relação à IES (não está super nem infradimensionada com relação à IES e reflete bem suas funções e finalidades).  3) O OC trabalha em rede eletrônica com as BBSS e dispõe de um banco de informações gerenciais (BIG) ou o software adotado para o gerenciamento da coleção e dos serviços atende às demandas do sistema de coleta de dados. O sistema de coleta de dados é eletrônico e conta com manual de instruções.	4

4.1 ADMINISTRAÇÃO  4.1.2 PLANEJAMENTO E AVALLAÇÃO  Refere-se ao modelo de gestido, à prática de planejamento e ao esistema de avallação.  Refere-se ao modelo de gestido, à prática de planejamento e ao esistema de avallação.  5.0 O Coorta com um seitor especifico de planejamento a de bibliodese.  5.0 O Coorta com um seitor de avallação de desempenho das bibliodese de desempenho das bibliodeses de la comunidad de	GRUPOS DE INDICADORES	INDICADORES	CRITÉRIOS PARA ATRIBUIR NOTA E PADRÕES (SE COUBER)	NOTA
missão institucional e a partir dela o OC elabora seu plano estrati- gico de trabalho, com objetivos e metas estabelecidos e devidamente orçados.  2) O OC conta com um regimento interno e uma estrutura organi- zacional definida e adequada á sua função com relação à IES (não está super nem infradimensionada com relação à IES e reflete bem suas funções e finalidades).  3) O OC trabalha em rede eletrônica com as BBSS e dispõe de um banco de informações gerenciais (BIG) ou o software adotado para o gerenciamento da colegão e dos serviços atende às demandas do sistema de coleta de dados. O sistema de coleta de dados é eletrônico e comta com manual de instruções.  4) O OC não conta com um setor específico de planejamento e avaliação. Seu pessoal não tem formação adequada para este fim, mas conta com o apolo ou da Comissão de Planejamento ou de Biblioteca.  5) O OC realiza esporadicamente uma avallação de desempenho das bibliotecas da IES, isto é, não como uma prática do planejamento e da gestão.  6) O sistema de bibliotecas conta com mecanismos formais de comunicação interna (quadros de avisos, boletins informativos, correio eletrônico, telefax mas não conta com ramais telefônicos nem intranet).  1) O modelo de gestão do OC não se basela necessariamente em uma missão, mas tem um plano de trabalho anual. Os objetivos estás oem desacordo com a função do se desecomo com a função do com a função do se desecomo do com servicio do se desecomo do com servicio do se desecomo do com com servicios (com a com com servicios de Planejamento ou de Bibliotecas.  6) O OC não re	4.1 ADMINISTRAÇÃO	AVALIAÇÃO  Refere-se ao modelo de gestão, à prática de planejamento e ao	na estrutura organizacional, mas seu pessoal não tem formação adequada para este fim. Conta com o apoio ou assessoria de uma Comissão de Planejamento ou de Biblioteca.  5) O OC conta com um sistema de avaliação de desempenho das bibliotecas da IES, registrado em uma política e com instrumentos específicos (princípios e critérios, sistema de coleta de dados e respectivo BIG, modelo definido de relatório, manuais de procedimento), mas não conta com padrões e não tem sistema de indicadores.  6) O sistema de bibliotecas conta com mecanismos formais de comunicação interna (quadros de avisos, boletins informativos, ramais telefônicos, telefax, correio eletrônico, mas não conta com	4
			1) O modelo de gestão do OC se baseia em uma missão adequada à missão institucional e a partir dela o OC elabora seu plano estratégico de trabalho, com objetivos e metas estabelecidos e devidamente orçados.  2) O OC conta com um regimento interno e uma estrutura organizacional definida e adequada à sua função com relação à IES (não está super nem infradimensionada com relação à IES e reflete bem suas funções e finalidades).  3) O OC trabalha em rede eletrônica com as BBSS e dispõe de um banco de informações gerenciais (BIG) ou o software adotado para o gerenciamento da coleção e dos serviços atende às demandas do sistema de coleta de dados. O sistema de coleta de dados é eletrônico e conta com manual de instruções.  4) O OC não conta com um setor específico de planejamento e avaliação. Seu pessoal não tem formação adequada para este fim, mas conta com o apoio ou da Comissão de Planejamento ou de Biblioteca.  5) O OC realiza esporadicamente uma avaliação de desempenho das bibliotecas da IES, isto é, não como uma prática do planejamento e da gestão.  6) O sistema de bibliotecas conta com mecanismos formais de comunicação interna (quadros de avisos, boletins informativos, correio eletrônico, telefax mas não conta com ramais telefônicos nem intranet).  1) O modelo de gestão do OC não se baseia necessariamente em uma missão, mas tem um plano de trabalho anual. Os objetivos estão em desacordo com a função do OC.  2) O OC apresenta uma estrutura organizacional super ou infradimensionada.  3) A estrutura organizacional sugere um sistema, mas tem dificuldades quanto à coordenação das BBSS. Coleta dados de forma assistemática.  4) As atividades de gestão são centralizadas, isto é, as executa o dirigente do OC. Não conta com Comissão de Planejamento ou de Bibliotecas.  5) O OC não realiza avaliação de desempenho do sistema de bibliotecas interna porém restritos (quadros de avisos e correio	

GRUPOS DE INDICADORES	INDICADORES	CRITÉRIOS PARA ATRIBUIR NOTA E PADRÕES (SE COUBER)	NOTA
4.1 ADMINISTRAÇÃO	4.1.2 PLANEJAMENTO E AVALIAÇÃO  Refere-se ao modelo de gestão, à prática de planejamento e ao sistema de avaliação.	1) O modelo de gestão do OC tem diretrizes de trabalho, mas não como um instrumento de uso sistemático. Trata-se mais de um modelo improvisado, que atua segundo as necessidades do momento.  2) O OC apresenta uma estrutura organizacional super ou infradimensionada, isto é, tem pouca funcionalidade. Tem dificuldades para coordenar as diversas bibliotecas da IES. As BBSS não dispõem de coleta de dados.  3) O OC não realiza avaliação de desempenho do sistema de bibliotecas.  4) O sistema de bibliotecas não adota mecanismos formais de comunicação interna. A comunicação é episódica.	1
	4.1.3 PESSOAL  Refere-se ao controle do pessoal no que diz respeito à gestão dos processos de interesse da IES e do próprio servidor frequência, férias, licenças, lotação, remanejamento etc - e trata dos programas de educação continuada, considerando os objetivos, as necessidades, as demandas e a inovação do sistema de bibliotecas.	1) O OC conhece o quantitativo de pessoas lotadas por categoria, por função e por titulação.  2) A formação do pessoal do sistema de bibliotecas está de acordo com suas funções.  3) O sistema de bibliotecas mantém uma proporção de pessoal segundo o número de usuários e os serviços, conforme segue:  - 1 bibliotecário/400 a 500 alunos  - 1 auxiliar de biblioteca até 500 alunos  - 1 bibliotecário-chefe/setor do OC e das Bibliotecas Setoriais  - 2 estagiários/bibliotecário para os serviços ao usuário (auxílio na localização de material, empréstimo, comutação bibliográfica) e apoio aos serviços técnicos (pré-catalogação e catalogação Cooperativa, reposição de material nas estantes, etiquetagem).  4) O plano estratégico do OC inclui um programa de formação para todo o pessoal por categoria funcional, em consonância com os objetivos estabelecidos e/ou com as necessidades diagnosticadas. Conta com dotação orçamentária específica para tal.	5
		1) O OC conhece o quantitativo de pessoas lotadas por categoria, por função e por titulação.  2) A formação do pessoal do sistema de bibliotecas está de acordo com suas funções.  3) O sistema de bibliotecas mantém uma proporção de pessoal segundo o número de usuários e os serviços, conforme segue:  - 1 bibliotecário/500 a 750 alunos  - 1 bibliotecário-chefe/setor do OC e das BBSS  - 2 estagiários/bibliotecário para os serviços ao usuário (auxílio na localização de material, empréstimo, comutação bibliográfica) e apoio aos serviços técnicos (pré-catalogação e catalogação cooperativa, reposição de material nas estantes, etiquetagem).  4) O plano estratégico do OC inclui um programa de formação de pessoal, para as categorias funcionais que exigem nível superior, em consonância com os objetivos estabelecidos e/ou com as necessidades diagnosticada. Conta com dotação orçamentária específica para tal.	4
		1) O OC conhece o quantitativo de pessoas lotadas por categoria, por função e por titulação.  2) A formação do pessoal do sistema de bibliotecas está de acordo com suas funções.  3) O sistema de bibliotecas mantém uma proporção de pessoal segundo o número de usuários e os serviços, conforme segue:  - 1 bibliotecário/de 750 a 1000 alunos.  - 1 auxiliar de biblioteca/de 750 a 1000 alunos.  - 1 bibliotecário-chefe/setor do OC e das BBSS.  - 2 estagiários/bibliotecário para os serviços ao usuário (auxílio na localização de material, empréstimo interbibliotecário, comutação bi-bliográfica) e apoio aos serviços técnicos (pré-catalogação e Catalogação cooperativa, reposição de material nas estantes, etiquetagem).	3

GRUPOS DE INDICADORES	INDICADORES	CRITÉRIOS PARA ATRIBUIR NOTA E PADRÕES (SE COUBER)	NOTA
4.1 ADMINISTRAÇÃO	4.1.3 PESSOAL  Refere-se ao controle do pessoal no que diz respeito à gestão dos	O plano estratégico do OC inclui um programa de formação de pessoal para algumas categorias funcionais, segundo oportunidades emergentes. Conta com dotação orçamentária específica para tal.	3
	processos de interesse da IES e do próprio servidor frequência, férias, licenças, lotação, remanejamento etc - e trata dos programas de educação	O OC conhece o quantitativo de pessoas lotadas por categoria, por função e por titulação.	2
	continuada, considerando os objetivos, as necessidades, as demandas e a inovação do sistema de bibliotecas.	<ol> <li>A formação do pessoal do sistema de bibliotecas em sua maioria está de acordo com suas funções, mas apresenta casos de desvio de função.</li> </ol>	
	sistema de bibliotecas.	3) O sistema de bibliotecas mantém uma proporção de pessoal segundo o número de usuários e os serviços, conforme segue:  - 1 bibliotecário/mais de 1000 alunos.  - 1 auxiliar de biblioteca/mais de 1000 alunos.  - 1 bibliotecário-chefe do OC e das BBSS, sem chefias intermediárias.  - 1 estagiário para auxiliar nos serviços aos usuários e nos serviços técnicos.	
		O OC não tem programa de formação de pessoal. A educação continuada é episódica e para algumas categorias funcionais. Não há dotação orçamentária específica para tal.	
		O OC não têm controle do quantitativo de pessoas lotadas por categoria, por função e por titulação.	1
		A formação do pessoal do sistema de bibliotecas em sua maioria está de acordo com suas funções, mas apresenta casos de desvio de função.	
		3) O sistema de bibliotecas mantém uma proporção de pessoal segundo o número de usuários e os serviços, conforme segue:  - 1 bibliotecário/mais de 1000 alunos  - 1 auxiliar de biblioteca/mais de 1000 alunos  - 1 bibliotecário-chefe do OC e das BBSS, sem chefias intermediárias.  - Não conta com estagiários.	
		O OC não tem programa de formação de pessoal. A educação continuada é episódica ou não ocorre. Não estabelece prioridades por categorias funcionais segundo as necessidades. Não há dotação orçamentária para tal.	
	4.1.4 ESPAÇO FÍSICO Refere-se aos espacos	O edifício é apropriado para biblioteca e segue o padrão: acima de 1m²/aluno matriculado e 1 assento/5 alunos.	5
	destinados aos usuários, à administração e aos materiais; inclui as condições de uso: capacidade de ocupação simultânea, salas para trabalho individual e em grupo, acesso a deficientes físicos.	2) Para usuários:  - Área de 2.00 e 2.50 m²/usuário para presença simultânea de mais 50% dos alunos matriculados no turno de maior afluência.  - Salas para estudo em grupo de 4 a 6 usuários, em quantidade de 4 a 5% do total de alunos. Medida: 9 a 10m².  - Mesas individuais em quantidade de 6 a 8% do total de alunos.	
	delicientes físicos.	3) Para a administração/área técnica/serviços  - Posto coletivo de trabalho: 5 a 6m²/2 pessoas.  - Área de convivência (sala de descanso, café etc.)  - Depósito (para materiais de manutenção, asseio, equipamentos etc.)  - Sala de Reunião	
		4) Para coleções:  - 1m² de estante aberta/150 volumes (ou 60m²/10.000 volumes).  Considerar de 1,20 a 1,50 m de corredor entre estantes.  - Lajes com capacidade para suportar de 750-1000kg/m²	
		5) Condições imprescindíveis de acessibilidade     Rampas de acesso para deficientes físicos, segundo a legislação em vigor.     Elevadores ou plataforma elevadora, se for o caso     Postos de consulta ao catálogo on-line e mobiliário para deficientes     Banheiros para deficientes	

RUPOS DE INDICADORES	INDICADORES	CRITÉRIOS PARA ATRIBUIR NOTA E PADRÕES (SE COUBER)	NOT
4.1 ADMINISTRAÇÃO	4.1.4 ESPAÇO FÍSICO  Refere-se aos espaços destinados aos usuários, à administração e aos materiais; inclui as condições de uso:	6) Outros espaços (prescindíveis, tendo em vista aqueles que as BB podem compartilhar com a IES):  - Área para exposições, lançamentos etc.  - Auditorio  - Sala para treinamento	5
	inclui as condições de uso: capacidade de ocupação simultânea, salas para trabalho individual e em grupo, acesso a deficientes físicos.	1) O edifício é apropriado para biblioteca e segue o padrão: 1 m²/ aluno matriculado e 1 assento/6 a 7 alunos.  2) Para usuários:  - Área de 2.00 e 2.50 m²/usuário para presença simultânea de 40 a 50% dos alunos matriculados no turno de maior afluência.  - Salas para estudo em grupo de 4 a 6 usuários, em quantidade de 3% do total de alunos. Medida: 9 a10m²  - Mesas individuais em quantidade de 4 a 5% do total de alunos. Medida:  3) Para a administração/área técnica/serviços  - Posto coletivo de trabalho: 5 m²/2 pessoas  - Área de convivência (sala de descanso, café etc.)  - Depósito (para materiais de manutenção, asseio, equipamentos etc.)  - Sala de Reunião  4) Para coleções:  - 1m² de estante aberta/150 volumes (ou 60m²/10.000 volumes). Considerar de 1,20 a 1,50 m de corredor entre estantes.  - Lajes com capacidade para suportar de 750-1000kg/m²  5) Condições imprescindíveis de acessibilidade:  - Rampas de acesso para deficientes físicos, segundo a legislação em vigor.  - Elevadores ou plataforma elevadora, se for o caso  - Postos de consulta ao catálogo on-line e mobiliário para deficientes  - Banheiros para deficientes  6) Outros espaços (prescindíveis, tendo em vista aqueles que as BB podem compartilhar com a IES):  - Área para exposições, lançamentos etc.  - Auditório  - Sala para treinamento.	4
		1) O edifício apropriado para biblioteca e segue o padrão: 0,50 m²/aluno e 1 assento/8 a 10 alunos.  2) Para usuários:  - Área de 2.00 e 2.50m²/usuário para consulta simultânea de 20 a 30% dos alunos matriculados no turno de maior afluência.  - Salas para estudo em grupo de 4 a 6 usuários na quantidade de 1 a 2% do total de alunos. Medida 8m²  - Mesas individuais na quantidade para 2 a 3% do total de alunos.  3) Para a administração/área técnica/serviços  - Posto coletivo de trabalho: 5 a 6m²/3 pessoas  - Não dispõe de área de convivência  - Depósito (para materiais de manutenção, asseio, equipamentos etc.)  4) Para coleções:  - 1m² de estante aberta/150 volumes (ou 60m²/10.000 volumes). Considerar de 1,20 a 1,50 m de corredor entre estantes  - As lajes com capacidade para suportar 750-1000kg/m²  5) Condições imprescindíveis de acessibilidade:  - Rampas de acesso para deficientes, segundo a legislação em vigor.  - Elevadores ou plataforma elevadora, se for o caso  - Postos de consulta ao catálogo on-line e mobiliário para deficientes  - Banheiros para deficientes  6) Outros espaços (prescindíveis, tendo em vista aqueles que as BB podem compartilhar com a IES):  - Área para exposições  - Sala de treinamento	3

GRUPOS DE INDICADORES	INDICADORES	CRITÉRIOS PARA ATRIBUIR NOTA E PADRÕES (SE COUBER)	NOTA
4.1 ADMINISTRAÇÃO	4.1.4 ESPAÇO FÍSICO  Refere-se aos espaços destinados aos usuários, à administração e aos materiais; inclui as condições de uso: capacidade de ocupação simultânea, salas para trabalho individual e em grupo, acesso a deficientes físicos.	1) O edifício é adaptado e segue padrão longe do desejável. Um assento/11 a 14 alunos  2) Para usuários:  - Área de 2.00 e 2.50m²/usuário para consulta simultânea de 10 a 20% dos alunos matriculados no turno de maior afluência.  - Não tem salas para estudo em grupos.  - Mesas individuais em quantidade para 1% do total de alunos.  3) Para a administração/área técnica/serviços  - Posto coletivo de trabalho: 5 a 6m²/3 pessoas  - Depósito (para materiais de manutenção, asseio, equipamentos etc.). Pode compartilhar com a IES  4) Para coleções:  - Estante fechada  - As lajes com capacidade para suportar 750-1000kg/m²  5) Condições imprescindíveis de acessibilidade:  - Rampas de acesso para deficientes, segundo a legislação em Vigor.  - Não tem elevadores, plataformas elevadoras e banheiro para deficientes.  6) Outros espaços (prescindíveis, tendo em vista aqueles que as BB podem compartilhar com a IES):  - Sala de reunião  - Sala de treinamento	2
		1) O edifício é adaptado e segue padrão longe do desejável. Um assento/15 e mais alunos.  2) Para usuários:     - Área de 2.00 e 2.50m²/usuário para consulta simultânea de menos de 10% dos alunos matriculados no turno de maior afluência.     - Não tem mesas individuais nem cabines para grupos.  3) Para a administração/área técnica/serviços     - Posto coletivo de trabalho: 6m²/4 pessoas     - Não conta com depósito (para materiais de manutenção, asseio, equipamentos etc.) e não compartilha com a IES     - Estante fechada     - As lajes com capacidade para suportar 750-1000kg/m²  4) Condições imprescindíveis:     - Não oferece condições para deficientes	1
	4.1.5 FUNCIONAMENTO  Refere-se aos dias e horários de abertura da biblioteca.	As BB abrem 7 dias/semana e mais de 12 horas diárias ininterruptas, oferecendo todos os serviços.	5
		As BB abrem 6 dias/semana e 12 horas diárias ininterruptas, oferecendo todos os serviços.	4
		As BB abrem 5 ou 6 dias/semana e 12 horas diárias ininterruptas de segunda à sexta-feira e um mínimo de 4 ou 5 horas aos sábados, ainda que não ofereça todos os serviços.	3
		As BB abrem 5 ou 6 dias/semana em horário comercial, sem interrupção.	2
		As BB abrem 5 dias/semana, em horário comercial, com interrupção.	1

GRUPOS DE INDICADORES	INDICADORES	CRITÉRIOS PARA ATRIBUIR NOTA E PADRÕES (SE COUBER)	NOTA
4.1 ADMINISTRAÇÃO	4.1.6 INFRAESTRUTURA PARA OS SERVIÇOS  Refere-se aos recursos técnicos e tecnológicos disponíveis, para uso interno e para os usuários.	1) As BB contam com 1 micro/10 usuários, 2 micros/300 a 400 transações diárias, sendo 1 para empréstimo e 1 para devolução/renovação na biblioteca; 1 equipamento de autoempréstimo e autodevolução; 1 scanner; 1 micro/profissional de biblioteca.  2) As BB oferecem acesso livre à internet, a exemplo do que recomenda o Manifiesto de la IFLA/Unesco sobre internet (http://www.ifla.org/faife/policy/iflastat/Internet-ManifestoGuidelineses.pdf), e dispõe de rede sem fio (wireless)  3) As BB contam com serviço de reprodução de documentos para uso interno e para os usuários, mediante autosserviço.	5
		1) As BB contam com 1 micro/10 a 15 usuários, 2 micros/ 400 transações diárias, sendo 1 para empréstimo e 1 para devolução/renovação na biblioteca; 1 scanner; e 1 micro/profissional de biblioteca. Não dispõe de equipamento de autosserviço.  2) As BB oferecem acesso livre à internet, a exemplo do que recomenda o Manifiesto de la IFLA/Unesco sobre internet (http://www.ifla.org/faife/policy/iflastat/Internet-ManifestoGuidelineses.pdf), e dispõe de rede sem fio (wireless)  3) As BB contam com serviço de reprodução de documentos para uso interno e para os usuários, sem autosserviço.	4
		1) As BB contam com 1 micro/15 a 20 usuários, 2 micros/400 transações diárias, sendo 1 para empréstimo e 1 para devolução e renovação na biblioteca; 1 scanner; e 1 micro/profissional de biblioteca. Não dispõe de equipamento de autosserviço.  2) As BB oferecem acesso livre à internet, a exemplo do que recomenda o Manifiesto de la IFLA/Unesco sobre internet (http://www.ifla.org/faife/policy/iflastat/Internet-ManifestoGuidelineses.pdf), e dispõe de rede sem fio (wireless)  3) As BB contam com serviço de reprodução de documentos apenas para uso interno.	3
		1) As BB contam com 1 micro/mais de 20 usuários; o serviço de empréstimo/reserva/devolução está parcialmente automatizado, 1 micro/2 a 3 profissionais de biblioteca.  2) As BB oferecem acesso livre à internet, mediante cabeamento (sem wireless).  3) As BB não contam com serviço de reprodução de documentos.	2
		1) As BB contam com 1 micro/mais de 20 usuários; o serviço de empréstimo/reserva/devolução é manual; 1 micro/4 ou mais profissionais de biblioteca.  2) As BB não oferecem acesso livre à internet.  3) As BB não contam com serviço de reprodução de documentos.	1
	4.1.7 SEGURANÇA E CONDIÇÕES AMBIENTAIS  Refere-se ao ambiente da biblioteca em geral, relacionado com a segurança dos bens e das pessoas, assim como ao conforto e à racionalidade de distribuição dos espaços, segundo seu uso.	1) O OC tem políticas e recursos para a prevenção e reparos dos edifícios, das coleções e dos equipamentos (sistema de alarme contra incêndio, extintores em quantidade recomendada/m², manutenção das instalações, sistema antifurto, microcâmeras de segurança, limpeza do ambiente, e do acervo).  2) O sistema de iluminação das BB obedece às normas vigentes de 200 a 300 lux para as salas de leitura.  3) A temperatura das BB se ajusta entre 18 e 22°C.e há controle de umidade.	5

GRUPOS DE INDICADORES	INDICADORES	CRITÉRIOS PARA ATRIBUIR NOTA E PADRÕES (SE COUBER)	NOTA
4.1 ADMINISTRAÇÃO	4.1.7 SEGURANÇA E CONDIÇÕES AMBIENTAIS  Refere-se ao ambiente da biblioteca em geral, relacionado com a segurança dos bens e das pessoas, assim como ao conforto e à racionalidade de distribuição dos espaços, segundo seu uso.	1) O OC tem políticas e recursos para a prevenção e reparos dos edifícios, das coleções e dos equipamentos (sistema de alarme contra incêndio, extintores em quantidade recomendada/m², manutenção das instalações, sistema anti-furto, limpeza do ambiente, mas não conta microcâmeras de segurança).  2) O sistema de iluminação das BB obedece às normas de 200 a 300 lux para as salas de leitura.  3) A temperatura das BB se ajusta entre 18 e 22°C e há controle de umidade.	4
		1) O OC não tem políticas específicas, mas conta com alguns recursos para a prevenção e reparos dos edifícios, das coleções e dos equipamentos (extintores em quantidade recomendada/m², sistema anti-furto, mas a manutenção das instalações e a limpeza são deficientes, não conta com sistema de alarme contra incêndio nem microcâmeras de segurança).  2) A iluminação das BB é boa, embora não obedeça aos padrões técnicos de 200 a 300 lux para as salas de leitura.  3) A temperatura das BB é boa, mas não se controla a umidade.	3 %
		1) O OC não tem políticas nem recursos para a prevenção.  2) As BB se restringem a manter a integridade do edifício, das coleções e dos equipamentos. Apresentam problemas com a manutenção e a limpeza.  3) Os sistemas de iluminação, de controle de temperatura e umidade das BB são precários.	2
		1) O OC não conta com políticas, nem com recursos para a prevenção.  2) As BB apresentam sintomas de deterioração, sujidade, inutilidade, obsolescência quanto ao edifício, às coleções e aos equipamentos em geral.  3) As BB não têm iniciativas relativas aos sistemas de iluminação, de controle da temperatura e da umidade.	1
4.2 CONTEXTO ACADÊMICO	4.2.1 USUÁRIOS  Refere-se ao controle dos diferentes tipos de usuários (estudantes de graduação e	O sistema de gerenciamento de funções das bibliotecas é integrado e também integra os sistemas corporativos (acadêmicos), o que permite controlar estudantes de graduação e pós-graduação, docentes e funcionários técnico-administrativos.	5
	pós-graduação, professores, pesquisadores, pessoal técnico- administrativo e comunidade externa).	<ol> <li>O sistema de gerenciamento não integra todas as funções das BB, mas integra os sistemas corporativos (acadêmicos), portanto controla estudantes de graduação e pós-graduação, docentes e funcionários técnico-administrativos.</li> </ol>	4
		O sistema de gerenciamento não integra todas as funções das BB, nem os sistemas corporativos (acadêmicos), portanto não controla automaticamente estudantes de graduação e pós-graduação, docentes e funcionários técnico-administrativos.	3
		O sistema de gerenciamento das BB é parcialmente automatizado, mas não integra as funções e não se utiliza dos sistemas corporativos (acadêmicos).	2
		O sistema de gerenciamento das BB não é automatizado	1

GRUPOS DE INDICADORES	INDICADORES	CRITÉRIOS PARA ATRIBUIR NOTA E PADRÕES (SE COUBER)	NOTA
4.2 CONTEXTO ACADÊMICO	4.2.2 PROJETO PEDAGÓGICO DE CURSO/PLANO DE ENSINO Refere-se à integração do	O OC conhece e utiliza regularmente para aquisição e estudos do acervo o Projeto Pedagógico de Curso e os Planos de Ensino das Unidades Acadêmicas (disciplinas), com as respectivas ementas e bibliografias básica e complementar recomendadas.	5
	trabalho da Biblioteca com o Projeto Pedagógico de Curso.	O OC conhece e utiliza eventualmente o Projeto Pedagógico de Curso e os Planos de Ensino das Unidades Acadêmicas (disciplinas), com as respectivas ementas e bibliografias básica e complementar recomendadas.	4
		O OC conhece e utiliza raramente o Projeto Pedagógico de Curso e os Planos de Ensino das Unidades Acadêmicas (disciplinas), com as respectivas ementas e bibliografias básica e complementar recomendadas.	3
		O OC conhece e não utiliza o Projeto Pedagógico de Curso e os Planos de Ensino das Unidades Acadêmicas (disciplinas), com as respectivas ementas e bibliografias básica e complementar recomendadas.	2
		O OC não conhece e não utiliza o Projeto Pedagógico de Curso e os Planos de Ensino das Unidades Acadêmicas (disciplinas), com as respectivas ementas e bibliografias básica e complementar recomendadas.	1
4.3 FORMAÇÃO, PROCESSAMENTO TÉCNICO E DESENVOLVIMENTO DAS COLEÇÕES	4.3.1 SELEÇÃO DE RECURSOS INFORMACIONAIS  Refere-se ao processo de escolha dos materiais informacionais que serão incorporados ou descartados, segundo as necessidades, a pertinência, a atualidade, a quantidade, tipo, suporte, o idioma, tendo em vista os critérios estabelecidos na Política de Seleção e Aquisição.	1) O OC dispõe de uma política de seleção orientada aos programas de graduação e pós-graduação, na qual se determinam:  - Critérios de suficiência: quantidade/usuário Critérios de suficiência: grau de atualidade/usuário Critérios de vigência: grau de atualidade/área Relações interdisciplinares Tipos e suportes Idioma Biblioteca ou coleção de destino Acessos alternativos a outros recursos de informação Política de cooperação: bibliotecas locais, regionais, nacionais, consórcios Critérios para a coleção nuclear (bibliografias básicas, alta demanda) Obras gerais e especializadas de referência e consulta Critérios para definir a coleção básica para estudo por parte dos docentes, outras coleções específicas para o ensino, a coleção para a pesquisa e a coleção de apoio para a gestão universitária Critérios para formar a coleção cultural destinada à formação integral do indivíduo (representativa do pensamento universal, temas locais de interesse etc.).  Obras que registram e/ou representam a história da IES (publicações em geral, teses etc.).  2) A Comissão de Biblioteca (ou grupo específico) participa ativamente da seleção (revisão das bibliografias dos programas em face das bibliografias selecionadas, comparação com outras coleções semelhantes, estudo de uso, diagnóstico de lacunas temáticas, estudo da antiguidade da coleção por áreas temáticas, cobertura de áreas prioritárias de desenvolvimento da IES).  3) O OC têm controle de incorporações, descarte, transferências: quantidade, assunto, tipo, suporte, idioma, atualidade.  4) As políticas estabelecem padrões mínimos para criar ou manter uma BS segundo estudo preliminar de viabilidade, tendo em conta: - 10 a 15 volumes nacionais/aluno matriculado (considerando a coleção total do sistema de bibliotecas) 100 volumes/professor de dedicação exclusiva 1 volume de leitura obrigatória/7 alunos - 10 títulos/disciplina* - Curso novo: analisar as propostas do INEP (2008)**	5

GRUPOS DE INDICADORES	INDICADORES	CRITÉRIOS PARA ATRIBUIR NOTA E PADRÕES (SE COUBER)	NOTA
4.3 FORMAÇÃO, PROCESSAMENTO TÉCNICO E DESENVOLVIMENTO DAS COLEÇÕES	4.3.1 SELEÇÃO DE RECURSOS INFORMACIONAIS  Refere-se ao processo de escolha dos materiais informacionais que serão incorporados ou descartados, segundo as necessidades, a pertinência, a atualidade, a quantidade, tipo, suporte, o idioma, tendo em vista os critérios estabelecidos na Política de Seleção e Aquisição.	<ul> <li>- 8 a 12 títulos de revistas internacionais*** a texto completo/mestrado</li> <li>- 13 a 15 títulos de revistas internacionais a texto completo/doutorado (estes 3 critérios devem ser cumulativos)</li> <li>- 1 base de dados ou abstract internacional/área principal de conhecimento para a docência ou pesquisa. Ex: Library and Information Science Abstracts (LISA), Biological Abstracts, Psychological Abstracts etc.</li> <li>- Livros eletrônicos prioritariamente da bibliografia básica, por compra individual ou em consórcio. Obs.: Este critério ainda não deve ser determinante no Brasil.</li> <li>* Os 4 primeiros critérios (em negrito) necessariamente não são absolutos; nem precisam ser seguidos um a um; podem ser comparados ou combinados entre si para que se tenha elementos para avaliar a coleção como um todo.</li> <li>** Em 2008, o INEP passa a dispor de 5 Instrumentos, sendo 1 de avaliação para fins de renovação e reconhecimento e 4 de autorização (a) para bacharelado e licenciatura, (b) superior de tecnologia, (c) de direito e (d) de medicina. A quantidade de livros por curso, quanto à bibliografia básica e complementar, varia de um Instrumento para outro, segundo as peculiaridades do curso. No entanto, no documento de caráter geral, intitulado Instrumento de avaliação dos cursos de graduação (INEP, 2008e), a recomendação quanto à bibliografia básica é de 1 exemplar/ 8 alunos/ turma e um mínimo de 3 títulos/ disciplina.</li> <li>*** Desconsiderar os itens referentes a revistas nacionais e internacionais e a bases de dados, caso a IES tenha acesso ao Portal de Periódicos mantido pela CAPES, que oferece mais de 12.600 títulos a texto completo (dado de abril/2009). Neste caso, considerar o controle ou estudo de uso das revistas fornecido pelo Portal.</li> </ul>	5
		1) OC dispõe de política de seleção orientada aos programas de graduação e Pós-graduação, tendo em conta os critérios indicados para a Nota 5.  2) A Comissão de Biblioteca (ou grupo específico) participa ativamente da seleção (revisão das bibliografías dos programas em face das bibliografías selecionadas, comparação com outras coleções semelhantes, estudo de uso, diagnóstico de lacunas temáticas, estudo da antiguidade da coleção por áreas temáticas, cobertura de áreas prioritárias de desenvolvimento da IES).  3) O OC têm controle das sugestões (incorporações, descarte, transferências): quantidade, assunto, tipo, suporte, idioma, atualidade  4) As políticas estabelecem padrões mínimos para criar ou manter uma BS, segundo estudo preliminar de viabilidade, tendo em conta:  - 6 a 9 volumes nacionais/aluno (considerando a coleção total do sistema de bibliotecas).  - 30 a 40 volumes/professor de dedicação exclusiva  - 1 volume de leitura obrigatória/8 a 12 alunos  - 7 a 9 títulos/disciplina*  - Curso novo: analisar as propostas do INEP (2008)**  - Coleção atual***: 4 a 5 títulos de revistas nacionais a texto completo/curso  - 6 a 9 títulos de revistas internacionais a texto completo/doutorado (estes 3 critérios devem ser cumulativos)  - 10 a 12 títulos de revistas internacionais a texto completo/doutorado (estes 3 critérios devem ser cumulativos)  - 1 base de dados ou abstract internacional/área principal do conhecimento para a docência ou pesquisa Ex: Library and Information Science Abstracts (LISA), Biological Abstracts, Psychological Abstracts etc.  - Livros eletrônicos prioritariamente da bibliografía básica, por compra individual ou em consórcio. Obs.: Este critério ainda não deve ser determinante no Brasil.	4

GRUPOS DE INDICADORES	INDICADORES	CRITÉRIOS PARA ATRIBUIR NOTA E PADRÕES (SE COUBER)	NOT
4.3 FORMAÇÃO, PROCESSAMENTO TÉCNICO E DESENVOLVIMENTO DAS COLEÇÕES	4.3.1 SELEÇÃO DE RECURSOS INFORMACIONAIS  Refere-se ao processo de escolha dos materiais informacionais que serão incorporados ou descartados, segundo as necessidades, a pertinência, a atualidade, a quantidade, tipo, suporte, o idioma, tendo em vista os critérios estabelecidos na Política de Seleção e Aquisição.	quanto à bibliografia básica e complementar, varia de um Instrumento para outro, segundo as peculiaridades do curso. No entanto, no documento de caráter geral, intitulado Instrumento de avaliação dos cursos de graduação (INEP, 2008e), a recomendação quanto à bibliografia básica é de 1 exemplar/ 8 alunos/ turma e um mínimo de 3 títulos/ disciplina.  **** Desconsiderar os itens referentes a revistas nacionais e internacionais e a bases de dados, caso a IES tenha acesso ao Portal de Revistas mantido pela CAPES, que oferece mais de 12 600 títulos a texto completo (dado de abril/2009). Neste caso, considerar o controle ou estudo de uso das revistas fornecido no Portal.	4
		1) O OC dispõe de política de seleção orientada aos programas de graduação e pós-graduação, mas inclui apenas 8 itens dos 13 considerados para a Nota 5.	3
		2) A Comissão de Biblioteca considera, na seleção, alguns de seus aspectos: revisão das bibliografías dos programas em face das bibliografías selecionadas, diagnóstico de lacunas temáticas, cobertura de áreas prioritárias de desenvolvimento da IES.	
		<ol> <li>O OC têm controle das sugestões (incorporações, descarte, transferências): quantidade, assunto, tipo, suporte, idioma, atualidade.</li> </ol>	
		4) As políticas estabelecem padrões mínimos para criar ou manter uma BS, segundo estudo preliminar de viabilidade, tendo em conta:  - 4 a 5 volumes nacionais/aluno (considerando a coleção total do sistema de bibliotecas).  - 10 a 20 volumes/professor de dedicação exclusiva  - 1 volume de leitura obrigatória/13 a 15 alunos  - 4 a 6 títulos/disciplina*  - Curso novo: analisar as propostas do INEP (2008)**  - Coleção atual***: 3 a 4 títulos de revistas nacionais a texto completo/curso	
		<ul> <li>5 a 7 títulos revistas internacionais a texto completo/mestrado;</li> <li>8 a 9 títulos revistas internacionais a texto completo/doutorado (estes 3 critérios devem ser cumulativos)</li> <li>1 base de dados ou abstract internacional/área principal do conhecimento para a docência ou pesquisa. Ex: Library and Information Science Abstracts (LISA), Biological Abstracts, Psychological Abstract etc.</li> <li>Não conta com livros eletrônicos. E este critério ainda não deve ser determinante no Brasil.</li> </ul>	
		* Os 5 primeiros critérios (em negrito) necessariamente não são absolutos nem precisam ser seguidos um a um; podem ser comparados ou combinados entre si para que se tenha elementos para avaliar a coleção como um todo.	
		** Em 2008, o INEP passa a dispor de 5 Instrumentos, sendo 1 de avaliação para fins de renovação e reconhecimento; e 4 de autorização (a) para bacharelado e licenciatura, (b) superior de tecnologia, (c) de direito e (d) de medicina. A quantidade de livros por curso, quanto à bibliografia básica e complementar, varia de um Instrumento para outro, segundo as peculiaridades do curso. No entanto, no documento de caráter geral, intitulado Instrumento de avaliação dos cursos de graduação (INEP, 2008e), a recomendação quanto à bibliografia básica é de 1 exemplar/ 8 alunos/ turma e um mínimo de 3 títulos/ disciplina.	
		*** Desconsiderar os itens referentes a revistas nacionais e internacionais e a bases de dados, caso a IES tenha acesso ao Portal de Revistas mantido pela CAPES, que oferece mais de 12 600 títulos a texto completo (dado de abril/2009), considerar o controle ou estudo de uso das revistas fornecido no Portal.	

GRUPOS DE INDICADORES	INDICADORES	CRITÉRIOS PARA ATRIBUIR NOTA E PADRÕES (SE COUBER)	NOTA
GRUPOS DE INDICADORES  4.3 FORMAÇÃO, PROCESSAMENTO TÉCNICO E DESENVOLVIMENTO DAS COLEÇÕES	4.3.1 SELEÇÃO DE RECURSOS INFORMACIONAIS  Refere-se ao processo de escolha dos materiais informacionais que serão incorporados ou descartados, segundo as necessidades, a pertinência, a atualidade, a quantidade, tipo, suporte, o idioma, tendo em vista os critérios estabelecidos na Política de Seleção e Aquisição.	1) O OC não aplica critérios e não controla os padrões mínimos. Conta com algumas orientações gerais para a seleção, mas não tem a consistência de uma política.  2) A Comissão de Biblioteca não participa do processo de seleção.  3) O OC não tem controle das sugestões relativas a ingressos e descarte.  4) O OC ou as BB não tem políticas, mas seguem alguns padrões:  - 3 volumes nacionais/aluno (considerando a coleção total do sistema de bibliotecas)  - 5 a 8 volumes/professor de dedicação exclusiva.  - 1 volume de leitura obrigatória/16 a 20 alunos  - 2 a 3 títulos/disciplina*  - Curso novo: analisar as propostas do INEP (2008)**  - Coleção atual: 2 a 3 títulos revistas nacionais a texto completo/curso  - não conta com títulos de revistas internacionais.  - não conta com base de dados ou abstract internacional.  Obs. Conhece as possibilidades de acesso livre a revistas eletrônicas.  * Os 5 primeiros critérios (em negrito) necessariamente não são absolutos nem precisam ser seguidos um a um; podem ser comparados ou combinados entre si para que se tenha elementos para avaliar a coleção como um todo.  ** Em 2008, o INEP passa a dispor de 5 Instrumentos, sendo 1 de avaliação para fins de renovação e reconhecimento; e 4 de autorização (a) para bacharelado e licenciatura, (b) superior de tecnologia, (c) de direito e (d) de medicina. A quantidade de livros por curso, quanto à bibliografía básica e complementar, varia de um Instrumento para outro, segundo as peculiaridades do curso. No entanto, no documento de caráter geral, intitulado Instrumento de avaliação dos cursos de graduação (INEP, 2008e), a recomendação quanto à bibliografía básica é de 1 exemplar/ 8 alunos/ turma e um mínimo de 3 títulos/ disciplina.	2
		pedidos de compra).  2) Não tem Comissão de Biblioteca.	
		<ol> <li>Não segue padrões de seleção de livros (por ex., do INEP), nem de periódicos.</li> </ol>	
	4.3.2 AQUISIÇÃO DE RECURSOS DE INFORMACIONAIS  Refere-se ao processo de obtenção dos recursos de informação por compra, doação e permuta, segundo os critérios estabelecidos na Política de Seleção e Aquisição.	1) O OC dispõe de uma política de aquisição orientada aos programas de graduação e pós-graduação, tendo em vista as seguintes fontes de recursos: orçamento da IES, programas de pós-graduação, departamentos, pró-reitorias, projetos especiais, fontes externas etc.  2) O OC executa todo o processo de aquisição e determina a(s) época(s) da compra. Nos casos em que ocorre aquisição descentralizada (isto é, diretamente pelas BBSS), o OC tem controle do processo, por meio de relatório.  3) Há controles da aquisição por compra, doação e permuta/ quantidade, área, assunto ou curso, tipo e suporte, idioma,	5
		atualidade, reposição, fonte de recursos.  4) O OC tem controle do descarte.  5) As políticas estabelecem padrões máximos: - Perda de 3%/ano/coleção aberta Perda de 1%/ano/coleção fechada.	
		6) O incremento é de 1 livro/ 1 a 3 alunos/ano.	

GRUPOS DE INDICADORES	INDICADORES	CRITÉRIOS PARA ATRIBUIR NOTA E PADRÕES (SE COUBER)	NOTA
4.3 FORMAÇÃO, PROCESSAMENTO TÉCNICO E DESENVOLVIMENTO DAS COLEÇÕES	4.3.2 AQUISIÇÃO DE RECURSOS INFORMACIONAIS  Refere-se ao processo de obtenção dos recursos de informação por compra, doação e permuta, segundo os critérios estabelecidos na Política de Seleção e Aquisição.	1)O OC dispõe de uma política de aquisição orientada para os programas de graduação e pós-graduação, tendo em vista as seguintes fontes de recursos: orçamento da IES, programas de pós-graduação, departamentos, pró-reitorias, projetos especiais, fontes externas etc.  2)O OC executa todo o processo de aquisição e determina a(s) época(s) da compra. Nos casos em que ocorre aquisição descentralizada (isto é, diretamente pelas BBSS), o OC tem controle do processo, por meio de relatório.  3) Há controles da aquisição por compra, doação e permuta/ quantidade, área, assunto ou curso, tipo e suporte, idioma, atualidade, reposição, fonte de recursos.  4) O OC tem controle do descarte.  5) As políticas estabelecem padrões máximos:  - Perda de 3%/ano/coleção aberta.  - Perda de 1%/ano/coleção fechada  6) O incremento é de 1 livro/4 a 6 alunos/ano	4
		1) O OC dispõe de uma política de aquisição orientada para os programas de graduação e pós-graduação, tendo em vista as seguintes fontes de recursos: orçamento da IES, programas de pós-graduação, departamentos, pró-reitorias, projetos especiais, fontes externas etc.  2) O OC executa todo o processo de aquisição e não determina a(s) época(s) da compra. Nos casos em que ocorre aquisição descentralizada (isto é, diretamente pelas BBSS), o OC tem controle do processo, por meio de relatório.  3) Há controles da aquisição por compra, doação e permuta/ quantidade, área, assunto ou curso, tipo e suporte, idioma, atualidade, reposição, fonte de recursos.  4) O OC tem controle do descarte.  5) As BB têm controle sobre as perdas e estas se dão dentro dos seguintes percentuais:  - Perda de 4 a 5%/ano/ coleção aberta.  - Perda de 1%/ano/coleção fechada  6) O incremento é de 1 livro/7 a 10 alunos/ano.	3
		1) O OC dispõe de algumas orientações para a aquisição de interesse dos programas de graduação.  2)O OC não executa, mas participa do processo de aquisição. A compra é esporádica.  3)Há algum tipo de controle da aquisição por compra, doação e permuta/quantidade, área, assunto ou curso, tipo e suporte, idioma, atualidade, reposição, fonte de recursos.  4) O OC controla precariamente o descarte ocorrido no sistema de gerenciamento da coleção.  5) O OC não têm controle sobre as perdas anuais, embora conheçam o padrão recomendável.  6) 0 incremento é de 1 livro/11 a 14 alunos/ano.	2

GRUPOS DE INDICADORES	INDICADORES	CRITÉRIOS PARA ATRIBUIR NOTA E PADRÕES (SE COUBER)	NOTA
4.3 FORMAÇÃO, PROCESSAMENTO TÉCNICO E DESENVOLVIMENTO DAS COLEÇÕES	4.3.2 AQUISIÇÃO DE RECURSOS INFORMACIONAIS  Refere-se ao processo de obtenção dos recursos de informação por compra, doação e permuta, segundo os critérios estabelecidos na Política de Seleção de Aquisição.	1) O OC não conta com política nem diretrizes para aquisição. Limitase a receber pedidos de compra.  2) O OC não participa do processo de aquisição. A compra é esporádica.  3) O OC tem controles precários de aquisição por compra, doação e permuta/ quantidade, área ou assunto ou curso, tipo e suporte, idioma, atualidade, reposição, fonte de recursos.  4) O OC controla precariamente o descarte.  5) As BB não conhecem os padrões recomendáveis e não têm controle sobre as perdas anuais.  6) O incremento é de 1 livro/15 alunos e mais/ano.	1
	4.3.3 TRATAMENTO DA INFORMAÇÃO  Refere-se ao processo de registro e indexação dos documentos adquiridos, com base nas normas internacionais, de modo a assegurar a representação e a recuperação eficazes da coleção.	1) O OC adota formato internacional de registros bibliográficos, regras internacionais de catalogação, sistema de classificação e tem controle de autoridades por assunto, autor e editora. 2) O OC controla as quantidades:  - número de títulos de catalogação original: mínimo de 24 títulos/6 horas/pessoa.  - número de títulos de catalogação cooperativa: mínimo de 72 títulos/6 horas/pessoa.  3) O OC controla o tempo que tarda uma obra para ser posta à disposição do usuário (tratamento + preparação para uso): 30 a 60 minutos.  4) O OC controla a qualidade da base de dados do acervo, bem como o material não-catalogado.  5) O OC controla numericamente os processos de registro e etiquetagem:  - 300 a 360 títulos registrados/6 horas/pessoa.  - 300 a 360 títulos etiquetados/6 horas/pessoa.	5
		1) O OC adota formato internacional de registros bibliográficos, regras internacionais de catalogação, sistema de classificação e tem controle de autoridades por assunto, autor e editora.  2) O OC controla as quantidades:  - número de títulos de catalogação original: 18 a 23 itens/ 6 horas/pessoa.  - número de títulos de catalogação cooperativa: 65 ítens/ 6 horas/pessoa.  3) O OC controla o tempo que tarda uma obra para ser posta à disposição do usuário (tratamento + preparação para uso): 1 a 1h30m.  4) OC controla a qualidade da base de dados do acervo, bem como o material não catalogado.  5) O OC controla numericamente os processos de registro e etiquetagem:  - 250 a 300 títulos registrados/6 horas/pessoa.  - 250 a 300 títulos etiquetados/6 horas/pessoa.	4
		1) O OC adota formato internacional de registros bibliográficos, regras internacionais de catalogação, sistema de classificação e tem controle de autoridades por assunto, autor e editora.  2) O OC controla as quantidades:  - número de títulos de catalogação original:12 a 17 itens/6 horas/pessoa.  - número de títulos de catalogação cooperativa: 55 a 64 itens/6 horas/pessoa.  3) O OC controla o tempo que tarda uma obra para ser posta à disposição do usuário (tratamento + preparação para uso): 1h30m a 2h30m.	3

UPOS DE INDICADORES	INDICADORES	CRITÉRIOS PARA ATRIBUIR NOTA E PADRÕES (SE COUBER)	NC
4.3 FORMAÇÃO, PROCESSAMENTO TÉCNICO E DESENVOLVIMENTO DAS COLEÇÕES	4.3.3 TRATAMENTO DA INFORMAÇÃO  Refere-se ao processo de registro e indexação dos documentos adquiridos, com base nas normas internacionais, de modo a assegurar a representação e a recuperação eficazes da coleção.	<ul> <li>4) O OC controla precariamente a qualidade da base de dados e do material não catalogado.</li> <li>5) O OC controla numericamente os processos de registro e etiquetagem: <ul> <li>180 a 240 títulos registrados/6 horas/pessoa.</li> <li>180 a 240 títulos etiquetados/6 horas/pessoa.</li> </ul> </li> <li>1) O OC adota formato internacional de registros bibliográficos, regras internacionais de catalogação, sistema de classificação e tem controle de autoridades por assunto e autor, mas não por editor.</li> <li>2) O OC controla as quantidades: <ul> <li>número de títulos de catalogação original: 8 a 11 itens/6 horas/pessoa.</li> <li>número de títulos de catalogação cooperativa: 40 a 54 itens/6 horas/pessoa.</li> </ul> </li> <li>3)O OC controla o tempo que tarda uma obra para ser posta à disposição do usuário: de 2h30m a 6h.</li> <li>4) O OC não tem controle de qualidade da base de dados e do material não catalogado.</li> <li>5) O OC controla numericamente os processos de registro e etiquetagem: <ul> <li>entre 100 e 180 títulos registrados/6 horas/pessoa.</li> <li>entre 100 e 180 títulos etiquetados /6 horas/pessoa.</li> </ul> </li> <li>1) O OC não adota formato internacional para registros bibliográficos.</li> <li>2) O OC controla as quantidades: <ul> <li>número de títulos de catalogação original: até 7 itens/6 horas/pessoa.</li> <li>número de títulos de catalogação cooperativa: até 40 itens/</li> </ul> </li> </ul>	NC
		<ul> <li>6 horas/pessoa.</li> <li>3) O OC não controla o tempo que tarda uma obra para ser posta à disposição do usuário.</li> <li>4) O OC não tem controle de qualidade da base de dados, nem do material não catalogado.</li> <li>5) O OC controla numericamente os processos de registro e etiquetagem:: <ul> <li>menos de 100 títulos registrados/6 horas/pessoa.</li> <li>menos de 100 títulos etiquetados/6 horas/pessoa.</li> </ul> </li> </ul>	
	4.3.4 CONDIÇÕES DE ACESSO À COLEÇÃO  Refere-se às condições de controle quantitativo, de armazenamento e de acesso a todo tipo de recursos informativos.  Obs: Tendo em vista os recursos eletrônicos atualmente disponíveis, a previsão de crescimento pode ser modificada, a critério da IES, com exceção ao que se refere à BP da Instituição (ou principal por área) que deve abrigar obras raras, memória da IES, coleções especiais. Validade: notas 5 a 3.	<ol> <li>As BB controlam numericamente mediante inventário:         <ul> <li>A acessibilidade: volumes de livre acesso; volumes de acesso fechado (neste caso, obras raras, de memória, coleções especiais etc)</li> <li>Os tipos de material: monografias (títulos e exemplares); revistas (títulos correntes e interrompidos); materiais especiais.</li> </ul> </li> <li>As BB armazenam as coleções em estantes abertas e devidamente sinalizadas.</li> <li>As BB dispõem de espaço físico para crescimento das coleções (20 anos).</li> <li>As BB avaliam o uso da coleção (índice de uso).</li> <li>As BB participam do Catálogo Coletivo Nacional de Publicações Periódicas (CCN)</li> <li>As BB disponibilizam a produção científica da IES por meio de repositório institucional (ex:Biblioteca Digital de Teses e Dissertações, Portal de Periódicos etc).</li> </ol>	

GRUPOS DE INDICADORES	INDICADORES	CRITÉRIOS PARA ATRIBUIR NOTA E PADRÕES (SE COUBER)	NOTA
4.3 FORMAÇÃO, PROCESSAMENTO TÉCNICO E DESENVOLVIMENTO DAS COLEÇÕES	4.3.4 CONDIÇÕES DE ACESSO À COLEÇÃO  Refere-se às condições de controle quantitativo, de armazenamento e de acesso a todo tipo de recursos informativos.	<ol> <li>A BB controlam numericamente mediante inventário:         <ul> <li>A acessibilidade: volumes de livre acesso; volumes de acesso fechado (neste caso, obras raras, de memória etc)</li> <li>Os tipos de material: monografias (tífulos e exemplares); revistas (tífulos correntes e interrompidos); materiais especiais.</li> </ul> </li> <li>AS BB armazenam as coleções em estantes abertas e devidamente sinalizadas.</li> <li>AS BB dispõem de espaço físico para crescimento das coleções (15 a 19 anos).</li> <li>AS BB avaliam o uso da coleção (índice de uso).</li> <li>AS BB participam do Catálogo Coletivo Nacional de Publicações Periódicas (CCN)</li> <li>AS BB disponibilizam a produção científica da IES por meio de repositório institucional (ex: Biblioteca Digital de Teses e Dissertações, Portal de Periódicos etc).</li> </ol>	4
		1) AS BB controlam numericamente mediante inventário:  - A acessibilidade: volumes de livre acesso; volumes de acesso fechado (neste caso, obras raras, de memória etc)  - Os tipos de material: monografias (títulos e exemplares); revistas (títulos correntes e interrompidos); materiais especiais.  2) As BB armazenam as coleções em estantes abertas e fechadas e devidamente sinalizadas.  3) As BB dispõem de espaço físico para crescimento das coleções estabelecido nas políticas de seleção e aquisição (10 a 14 anos).  4) As BB avaliam o uso da coleção (índice de uso).  5) As BB participam do Catálogo Coletivo Nacional de Publicações Periódicas (CCN)  6) As BB disponibilizam a produção científica da IES por meio de repositório institucional (ex: Biblioteca Digital de Teses e Dissertações, Portal de Periódicos etc).	3 %
		<ol> <li>As BB têm dificuldade para controlar numericamente (inventário episódico)         <ul> <li>A acessibilidade: volumes de livre acesso; volumes de acesso fechado (neste caso, obras raras, de memória etc)</li> <li>Os tipos de material: monografías (títulos e exemplares); revistas (títulos correntes e interrompidos); materiais especiais.</li> </ul> </li> <li>As BB armazenam as coleções em estantes abertas e fechadas e são mal sinalizadas.</li> <li>As BB dispõem de espaço físico para crescimento das coleções (9 anos e menos).</li> <li>As BB têm um precário sistema de controle do uso da coleção (índice de uso).</li> <li>As BB não participam do CCN, não disponibilizam dissertações e teses pela BDTD, nem contam com políticas para repositório institucional.</li> <li>As BB não controlam numericamente ( não executam inventário):         <ul> <li>A acessibilidade: volumes de livre acesso; volumes de acesso fechado (neste caso, obras raras, de memória etc)</li> <li>Os tipos de material: monografías (títulos e exemplares); revistas (títulos correntes e interrompidos); materiais especiais.</li> </ul> </li> <li>As BB armazenam as coleções em estantes fechadas e mal sinalizadas.</li> <li>As BB não dispõem de espaço para crescimento das coleções.</li> <li>As BB não têm sistema de controle do uso da coleção (índice de uso).</li> <li>As BB não participam do CCN, não disponibilizam dissertações e teses pela BDTD, nem contam com políticas para repositório institucional.</li> </ol>	1

GRUPOS DE INDICADORES	INDICADORES	CRITÉRIOS PARA ATRIBUIR NOTA E PADRÕES (SE COUBER)	NOTA
4.4 SERVIÇOS AO USUÁRIO	4.4.1 PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS  Refere-se a todos os aspectos relativos aos serviços aos usuários, tendo em vista sua satisfação.	1) As BB oferecem e tem controle, se for o caso, de todos os itens indicados:  - Consulta local ao acervo geral /total /tipo e suporte material/assunto etc.  - Consulta local a obras de referência /total/tipo e suporte material/assunto etc.  - Pesquisas orientadas/total e tipo de usuário/tipo e suporte material/assunto,  - Empréstimo em domicílio, Reserva, Devolução/total e tipo de usuário/tipo e suporte material/assunto.  - Empréstimo entre bibliotecas/total e tipo de usuário/tipo e suporte material/assunto  - Comutação bibliográfica/total e tipo de usuário  - Capacitação de usuários (por demanda, por oferta/tipo de usuário)  - Catalogação na publicação dos trabalhos produzidos na IES  - Serviço de fotocópias  - Acesso livre à internet para usuários  - Visitas guiadas  - Orientação para normalização de trabalhos acadêmicos  - Página web com oferta de serviços  - Serviços para alunos e docentes de cursos a distância  - Outros serviços (prescindíveis): disseminação seletiva, tradução de resumos, elaboração de resumos etc  2) As BB controlam os itens não atendidos.  3) O OC dispõe de Regulamento de Empréstimo e Uso da Biblioteca aplicado a todo o sistema de bibliotecas.  4) Os processos de empréstimo são automatizados e se integram ao sistema acadêmico da IES (alunos, docentes, técnico-administrativos)  5) Os serviços de atendimento ao usuário contam com linhas telefônicas, fax, correio eletrônico, correio convencional e outras facilidades de comunicação interna.  6) O OC divulga os serviços e as normas através de diferentes canais: folhetos, quadros, boletim de últimas aquisições, página web etc.  7) O OC realiza estudos sobre a qualidade dos serviços das BB (estudo de satisfação do usuário).  8) O OC conta com um canal de recebimento de sugestões, críticas, reclamações, elogios (caixa de sugestões, ouvidoria, Fale Conosco etc.)	5
		1) As BB oferecem e tem controle de 90% dos serviços destacados em negrito correspondentes à Nota 5.  2) As BB controlam os itens não atendidos.  3) O OC dispõe de Regulamento de Empréstimo e Uso da Biblioteca aplicado em todo o sistema de bibliotecas.  4) Os processos de empréstimo são automatizados e se integram ao sistema acadêmico (alunos, docentes, técnico-administrativos)  5) Os serviços de atendimento ao usuário contam com linhas telefônicas e fax, correio eletrônico, mas têm dificuldades para utilizar o correio convencional e outros meios de comunicação interna.  6) O OC divulga os serviços e as normas através de diferentes canais: folhetos, quadros, boletim de últimas aquisições, página web etc.  7)O OC realiza estudos sobre a qualidade dos serviços das BB (estudo de satisfação do usuário).  8) O OC conta com um canal de recebimento de sugestões, críticas, reclamações, elogios (caixa de sugestões, ouvidoria, Fale Conosco etc.)	4

4.4.1 PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	1) As BB oferecem e tem controle de 60 e 80% dos serviços	
	destacados em negrito correspondentes à Nota 5.	3
Refere-se a todos os aspectos	2) As BB controlam os itens não atendidos.	
relativos aos serviços aos usuários, tendo em vista sua satisfação.	<ol> <li>O OC dispõe de Regulamento de Empréstimo e Uso da Biblioteca aplicado em todo o sistema de bibliotecas.</li> </ol>	
	<ol> <li>Os processos de empréstimo são automatizados, mas não se integram ao sistema acadêmico (alunos, docentes, técnico- administrativos).</li> </ol>	
	5) Os serviços de atendimento ao usuário contam com poucas linhas telefônicas, acesso difícil a fax e ao correio convencional, mas utilizam correio eletrônico.	
	6) O OC divulga os serviços e as normas do sistema de bibliotecas por meio de diferentes canais: folhetos, quadros, boletim de últimas aquisições, página web.	
	<ol> <li>O OC realiza estudos sobre a qualidade dos serviços das BB (estudo de satisfação do usuário).</li> </ol>	
	8) O OC conta com um canal de recebimento de sugestões, críticas, reclamações, elogios (caixa de sugestões, ouvidoria, Fale Conosco etc.)	
	As BB oferecem e tem controle de 30% a 50% dos serviços destacados em negrito correspondentes à Nota 5.	2
	2) As BB controlam precariamente os ítens não atendidos.	
	<ol> <li>O OC dispõe de Regulamento de Empréstimo e Uso da Biblioteca, mas tem dificuldades em sua aplicação a todo o sistema de bibliotecas.</li> </ol>	
	Os processos de empréstimo são parcialmente automatizados.	
	5) Os serviços de atendimento ao usuário contam com uma linha telefônica, não dispõem de fax, contam com correio eletrônico mas têm dificuldades para usar o correio convencional, além de apresentar problemas de comunicação interna.	
	O OC divulga os serviços e as normas do sistema de bibliotecas somente através de folhetos e quadro mural.	
	7) O OC não realiza estudos sobre a qualidade dos serviços das BB.	
	8) Não dispõe de canal formal para ouvir a opinião do usuário.	
	As BB oferecem e tem controle de menos de 30% dos serviços destacados em negrito correspondentes à Nota 5.	1
	2) As BB não controlam os itens não atendidos.	
	<ol> <li>O OC dispõe de Regulamento de Empréstimo e Uso da Biblioteca, mas tem dificuldades em sua aplicação a todo o sistema de bibliotecas.</li> </ol>	
	Os processos de empréstimo são manuais.	
	5) Os serviços de atendimento ao usuário não contam com nenhuma linha telefônica, não dispõem de fax, contam com correio eletrônico e têm dificuldades para usar o correio convencional, além de	
	apresentar problemas de comunicação interna.  6) O OC não costuma divulgar os serviços, embora eventualmente	
	1.53	
	15	
	Não dispõe de canal formal para ouvir a opinião do usuário.	
		<ol> <li>4) Os processos de empréstimo são automatizados, mas não se integram ao sistema acadêmico (alunos, docentes, técnico-administrativos).</li> <li>5) Os serviços de atendimento ao usuário contam com poucas linhas telefónicas, acesso difícil a fax e ao correio convencional, mas utilizam correio eletrónico.</li> <li>6) O CC divulga os serviços e as normas do sistema de bibliotecas por meio de diferentes canais: folhetos, quadros, boletim de últimas aquisições, página web.</li> <li>7) O CC realiza estudos sobre a qualidade dos serviços das BB (estudo de satisfação do usuário).</li> <li>8) O CC conta com um canal de recebimento de sugestões, críticas, reclamações, elogios (caixa de sugestões, ouvidoria, Fale Conosco etc.)</li> <li>1) As BB oferecem e tem controle de 30% a 50% dos serviços destacados em negrito correspondentes à Nota 5.</li> <li>2) As BB controlam precariamente os ítens não atendidos.</li> <li>3) O CC dispõe de Regulamento de Empréstimo e Uso da Biblioteca, mas tem dificuídades em sua aplicação a todo o sistema de bibliotecas.</li> <li>4) Os processos de empréstimo são parcialmente automatizados.</li> <li>5) Os serviços de atendimento ao usuário contam com uma linha telefónica, não dispõem de fax, contam com correio eletrônico mas tem dificuídades para usar o correio correvencional, além de apresentar problemas de comunicação Interna.</li> <li>6) O CC divulga os serviços e as nomas do sistema de bibliotecas somente através de folhetos e quadro mural.</li> <li>7) O CC não realiza estudos sobre a qualidade dos serviços das BB.</li> <li>8) Não dispõe de canal formal para ouvir a opinião do usuário.</li> <li>1) As BB oferecem e tem controle de menos de 30% dos serviços destacados em negrito correspondentes à Nota 5.</li> <li>2) As BB não controlam os itens não atendidos.</li> <li>3) O C dispõe de Regulamento de Empréstimo e Uso da Biblioteca, mas tem dificuídades para usobre ma se contam com correio eletrônico e têm dificuídades para</li></ol>

Quadro 5 - Modelo de avaliação para a biblioteca universitária brasileira. Fonte: Lubisco (2007, p. 308-334) e Lubisco (2008, p. 28-55).

## **REFERÊNCIAS**

ALMEIDA, Maria Christina. *Planejamento de bibliotecas e serviços de informação*. Brasilia: Briquet de Lemos Livros, 2000. 112p.

AMERICAN LIBRARY ASSOCIATION. Association of College and Research Libraries. 
Standards for college libraries. 2000. Disponível em: <a href="http://www.ala.org.acrl/guides/college.html">http://www.ala.org.acrl/guides/college.html</a>. Acesso em: 30 maio 2005.

\_\_\_\_\_\_\_. Standards for libraries in higher education. 2004. Disponível em: <a href="http://www.ala.org.acrl/guides/college.html">http://www.ala.org.acrl/guides/college.html</a>. Acesso em: 24 jan. 2006.

ASOCIACIÓN ESPAÑOLA DE NORMALIZACIÓN Y CERTIFICACIÓN. Información y documentación: indicadores de rendimiento bibliotecario: UNE 50137:2000. Madrid, 2000. 57 p.

\_\_\_\_\_\_\_. Madrid, 2005. 14 p. Trata-se da primeira modificação.

ASOCIACIÓN NACIONAL DE UNIVERSIDADES E INSTITUCIONES DE EDUCACIÓN

ASOCIACIÓN NACIONAL DE UNIVERSIDADES E INSTITUCIONES DE EDUCACIÓN SUPERIOR. Consejo Regional Centro Occidente. Grupo de Trabajo de Bibliotecas. *Guía metodológica para evaluar las bibliotecas de las instituciones de educación superior de la región centro occidente de ANUIES.* [S.I.], 2000. 40 p.

LA BIBLIOTECA universitaria eficaz: directrices para la evaluación del rendimiento en bibliotecas universitarias. Cádiz: Universidad, 1999. 81 p. Relatório do Group on Performance Indicators for Libraries Joint Funding Council. Tradução, introdução e notas de Miguel Duarte Barrionuevo.

BRASIL. Lei 10.861, de 14 de abril de 2004. Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior - SINAES e dá outras Providências. Disponível em: <a href="http://www.INEP.gov.br/download/superior/2004/Legislacao/LEI\_n10861\_14\_4\_04\_SINAES.doc">http://www.INEP.gov.br/download/superior/2004/Legislacao/LEI\_n10861\_14\_4\_04\_SINAES.doc</a>. Acesso em: 20 jan. 2006.

BROPHY, Peter. *Measuring library performance;* principles and techniques. London: Facet Publishing, 2006. 242 p.

CABO, Mercè et al. Un puente hacia el futuro: el plan estratégico de REBIUN. *Biblioteconomia y Documentació*, Barcelona, n. 10, jun. 2003. Disponível em: <a href="http://www.ub.es/bid">http://www.ub.es/bid</a>>. Acesso em: 29 jan. 2004.

CARVALHO, Maria Carmen Romcy de. *Estabelecimento de padrões para bibliotecas universitárias*. [Fortaleza]: Edições UFC; [Brasília]: ABDF, 1981. 71 p.

\_\_\_\_\_. Estatísticas e padrões para o planejamento e a avaliação de bibliotecas universitárias. Brasília: SESu; CAPES; CNPq; FINEP, 1995. 159 p.

COLETTA, Teresinha das Graças; ROZENFELD, Henrique. Indicadores de desempenho para bibliotecas universitárias: definições e aplicações sob o ponto de vista da literatura. *Perspectivas em Ciência da Informação*, Belo Horizonte, v. 12, n. 3, p. 129-141, set./dez. 2007

CONFERENCIA DE RECTORES DE LAS UNIVERISDADES ESPAÑOLAS. *Normas y directrices para bibliotecas universitarias y científicas*. Madrid: CRUE/REBIUN, 1997. Disponível em: <a href="http://bibliotecnica.upc.es/Rebiun/nova/reglamentos/normasBibliotecas.asp">http://bibliotecnica.upc.es/Rebiun/nova/reglamentos/normasBibliotecas.asp</a>>. Acesso em: mar. 2006.

<i>Plan estratégico 2003-2006.</i> Madrid: CRUE/REBIUN, 2003. Disponível em: <a href="http://bibliotecnica.upc.es/Rebiun/nova/estrategico/indice.asp">http://bibliotecnica.upc.es/Rebiun/nova/estrategico/indice.asp</a> . Acesso em: mar. 2006.
Grupo de Evaluación de Rebiun. <i>Indicadores de rendimiento para la evaluación de bibliotecas universitarias</i> . Madrid, 2000. 81 p.
CONSEJO DE RECTORES DE UNIVERSIDADES CHILENAS. Comisión Asesora de Bibliotecas y Documentación. <i>Estándares para bibliotecas universitarias chilenas.</i> 2. ed. Santiago: CRUC, 2001. 36 p. Disponível em: <a href="http://www.upch.edu.pe/duiict/enlaces/uno/pdf/estandares%20chilenos.pdf">http://www.upch.edu.pe/duiict/enlaces/uno/pdf/estandares%20chilenos.pdf</a> >. Acesso em: 9 jan. 2006.
CUNHA, Maria Luísa Monteiro da. Tema 5: bibliotecas universitárias. En: CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA E DOCUMENTAÇÃO, 7, 1973, Belém. <i>Anais</i> Rio de Janeiro: IBBD, 1977. p. 229-250
DUARTE BARRIONUEVO, Miguel (Trad). Notas sobre evaluación de rendimiento. En: LA BIBLIOTECA universitaria eficaz. Cádiz: Universidad, 1999. p. 3-13.
DURHAM, Eunice; SCHWARTZMAN, Simon (Org.). <i>Avaliação do ensino superior.</i> São Paulo: EDUSP, 1992.
ESPAÑA. Consejo de Coordinación Universitaria. Secretaría General. <i>Guía de evaluación de Bibliotecas</i> . [s.l.], 2002. 66 p. Integra el II Plan de la Calidad de las Universidades. Disponível em: <a href="http://www.ua.es/es/bibliotecas/SIBID/document/pdf/guia_evaluacion_bibliotecas.pdf">http://www.ua.es/es/bibliotecas/SIBID/document/pdf/guia_evaluacion_bibliotecas.pdf</a> >. Acesso em: nov. 2006.
ESPAÑA. CSIC. CINDOC. Laboratorio de Internet. <i>Ranking mundial de universidades en la web jul.06: top 200 latin american universities.</i> Disponível em: <a href="http://www.webmetrics.info/top200_latinoamerica.asp">http://www.webmetrics.info/top200_latinoamerica.asp</a> >. Acesso em: ago. 20076; 2 fev. 2007.
Ranking mundial de universidades en la web jul. 06: top Spain & Portugal. Disponíve em: <a href="http://www.webmetrics.info/op50_latinoamerica.asp?con=spain_portugal">http://www.webmetrics.info/op50_latinoamerica.asp?con=spain_portugal</a> . Acesso em: ago: 2006; 2 fev. 2007.
FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. Biblioteca Mário Henrique Simonsen. <i>Padrões de catalogação</i> [Mensagem pessoal de Maria do Perpétuo Socorro Almeida] Mensagem recebida por <nidialubisco@yahoo.com.br> em 5 jul. 2007.</nidialubisco@yahoo.com.br>
FUSHIMI, Marcela. Normas y criterios para la evaluación de bibliotecas universitarias: la experiencia de la biblioteca de la facultad de Humanidades y Ciencias de la Educación de la Universidad de la Plata. En: SIMPOSIO ELECTRÓNICO EVALUACIÓN Y CALIDAD EN BIBLIOTECAS, Buenos Aires: Sociedad Argentina de Información, 2002. Disponível em: <www.sai.ar>. Acesso em: ago. 2003 e jan. 2007. Trabalho oficial nº 2. O anexo se refere ao formulário estatístico de 2001, desenvolvido dentro do Proyecto ROBLE da mesma Universidade.</www.sai.ar>
; MANGIATERRA, Norma; MIGUEL, Sandra. <i>Instructivo: formulário estadístico 2004.</i> La Plata (AR): ROBLE Portal de Bibliotecas de la UNLP, 2005. Disponível em: <a href="httm://www.roble.unlp.edu.ar">httm://www.roble.unlp.edu.ar</a> . Acesso em: 27 fev. 2007.

GARCIA, Maria Lúcia Andrade. *Plano nacional de bibliotecas universitárias: planejamento e permanência.* [Brasília: FINEP], 1991. 42 p.

GUÍA EFQM para la auto evaluación de bibliotecas universitarias. Cádiz: Unidad para la Calidad de las Universidades Andaluzas, 2002. 2 v. Coord. por Miguel Duarte Barrionuevo.

GUIMARÃES, Maria Cristina S. et al. Indicadores de desempenho de bibliotecas no campo da saúde: um estudo piloto na Fiocruz. Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação, Campinas, v. 4, n. 1, p. 116-131, jul./dez., 2006.

HERRERA, Luís. Bibliotecas universitarias argentinas. Buenos Aires: Ministerio de Cultura y Educación. Secretaria de Políticas Universitarias, 1995. Trata-se de um informe-diagnóstico. . Comentarios – reflexiones [lista de discusión simposio@sai.com.ar Simposio Electrónico Evaluación y Calidad en Biblioteca/Sociedad Argentina de Información]. Mensagem recebida por nidialubisco@yahoo.com.br em: 8 ago. 2002. INEP. Avaliação de cursos de graduação: instrumento. Brasília: 2006a. 91 p. Disponível em: <a href="http://www.inep.gov.br/superior/condicoesdeensino/manuais.htm">http://www.inep.gov.br/superior/condicoesdeensino/manuais.htm</a>. Acesso em: set. 2006, jun. 2007. Trata-se de instrumento único de avaliação dos cursos de graduação. \_. Curso superior de tecnologia: autorização. Brasília, 2008a. 20 p. Revisado em fevereiro de 2008. Disponível em: <a href="http://www.inep.gov.br/download/superior/">http://www.inep.gov.br/download/superior/</a> condicoesdeensino/Instrumento\_de\_Autorizacao\_de\_Curso\_Superior\_de\_Tecnologia\_2008.pdf >. Acesso em: 07 ago. 2008. . Cursos de graduação: bacharelado e licenciatura: autorização. Brasília, 2008b. 25 p. Disponível em: <a href="http://www.inep.gov.br/download/superior/condicoesdeensino/">http://www.inep.gov.br/download/superior/condicoesdeensino/</a> Instrumento de Autorização Bacharelado e Licenciatura 2008.pdf>. Acesso em: jun. 2008. Trata-se do manual para autorização de bacaharelado e licenciatura. \_\_\_. Direito: autorização. Brasília, 2008c. 14 p. Disponível em: <a href="http://www.inep.gov.br/">http://www.inep.gov.br/</a> download/superior/condicoesdeensino/Direito autorizacao.pdf>. Acesso em: 07 ago. 2008. \_. Instrumento de avaliação: autorização do curso de medicina. Brasília, [2008d?]. 26 p. Disponível em: <a href="http://www.inep.gov.br/download/superior/condicoesdeensino/">http://www.inep.gov.br/download/superior/condicoesdeensino/</a> Medicina autorizacao.pdf>. Acesso em: 07 ago. 2008. \_. Instrumento de avaliação dos cursos de graduação. Brasília, 2008e. 28 p. Disponível em: http://www.inep.gov.br/download/condicoes ensino/2008/ Instrumento Avaliacao Cursos v final 9setembro.pdf>. Acesso em: 15 abr. 2009. \_\_\_. Sinaes. Brasília, [2006b]. Disponível em: <a href="http://www.inep.gov.br/superior/sinaes">http://www.inep.gov.br/superior/sinaes</a>. Acesso em: 31 out. 2006. . Sinopse da educação superior 2004. Brasilia: INEP, 2006c. Disponível em: <a href="http://"><a href="http://">>a href="http://"><a href="http://">>a href=" www.inep.gov.br/superior/censosuperior/sinopse/default.asp>. Acesso em: 10 ago. 2006; 30 jan.2007. INSTITUTO ARGENTINO DE NORMALIZACIÓN. Subcomité de Documentación. Indicadores de desempeño de en bibliotecas (Norma IRAM 32062 - Información v documentación). In: SIMPOSIO ELECTRÓNICO EVALUACIÓN Y CALIDAD EN BIBLIOTECA, Buenos Aires:

Sociedad Argentina de Información, 2002. Disponível em: <www.sai.ar>. Acesso: ago.2003, jan. 2007. Trata-se da Comunicação n. 1

INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARIES ASSOCIATION. IFLA Standards for university libraries. IFLA Journal, 1987.

INTERNATIONAL ORGANIZATION FOR STANDARDIZATION. Norma ISO 11620/1998. Información y documentación: indicadores de rendimiento bibliotecario (primera parte). Revista Española de Documentación Científica, Madrid, CINDOC, v. 22, n. 2, 1999. p. 223-247. Corresponde à norma espanhola UNE 50-137/2000.

KRZYSANOWSKI, Rosaly Fávero. *Análise comparativa de padrões propostos pelo SIBI/USP e os existentes internacionalmente, em relação a recursos humanos.* [São Paulo: USP], 1993. 12 f.

LANCASTER, F. W. *Avaliação de serviços de bibliotecas*. Brasília: Briquet de Lemos Livros, 1996. 356 p.

LUBISCO, N. M. L. *Biblioteca universitária brasileira*: instrumento para seu planejamento e gestão, visando à avaliação do seu desempenho: documento-base. Salvador: 2008. 71 p. Refere-se ao documento-base do Seminário Avaliação da Biblioteca Universitária Brasileira, realizado em Salvador de 29 de set a 1º de out. de 2008. Com a colaboração de Sônia Chagas Vieira.

\_\_\_\_\_. A biblioteca universitária no processo de "avaliação das condições de oferta" dos cursos de graduação pelo MEC: o caso da UFBA. 2001. 291 p. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) — Universidade Federal da Bahia, 2002.

\_\_\_\_\_. La evaluación en la biblioteca universitaria brasileña: evolución y propuesta de mejora. 2007. 405 p. Tese (Doctorado en Documentación) – Universidad Carlos III de Madrid

MANO GONZÁLEZ, Marta de la. Propuesta de un sistema de evaluación para bibliotecas universitarias. *Revista Española de Documentación Científica*, Madrid, v. 21, n. 2, 1998, p. 174-197.

MARTINS, Valéria dos Santos Gouveia. Sistemas de informação das bibliotecas da UNICAMP: identificação e avaliação dos principais indicadores para gestão estratégica. 2004. Dissertação (Mestrado em Engenharia Mecânica) – Universidade Estadual de Campinas.

NEUFERT, Ernst. Arte de projetar em arquitetura: princípios, normas e prescrições sobre construção, instalações. 5. ed. São Paulo: Gustavo Gili, 1976. 431p. Tradução da 21. ed. alemã.

NORMAS para edificios destinados a archivos y bibliotecas. [¿Madrid?: s.c.p., 20—]. Disponível em: <a href="http://xlpv.cult.gva.es/files/normas%20edificios.pdf">http://xlpv.cult.gva.es/files/normas%20edificios.pdf</a>>. Acesso em: jul 2007.

ORERA ORERA, Luisa (Ed.). *La biblioteca universitaria:* análisis en su entorno híbrido. Madrid: Síntesis, 2005. 477 p.

PACIOS LOZANO, Ana Reyes. La planificación en la biblioteca universitaria: los planes estratégicos. In: ORERA ORERA, Luisa (Ed.). *La biblioteca universitaria: análisis en su entorno híbrido.* Madrid: Síntesis, 2005. p. 149-185.

POLL, Roswitha; BOEKHORST, Peter te. *Medición de la calidad:* directrices internacionales para la medición del rendimiento en las bibliotecas universitarias. Madrid: ANABAD, 1998. Versão espanhola de Ramón Abad Hiraldo e Belén Altuna Esteibar.

PONTIFICIA UNIVERSIDAD CATÓLICA DE CHILE. Sistema de Bibliotecas. *Estudio comparativo entre bibliotecas chilenas, latinoamericanas y estadunidenses.* Santiago, 1999.

ROMERO, Santi. *L'arquitectura de la biblioteca*: recomanacions per a un projecte integral. Barcelona: Escola Sert, 2004.

ROZADOS, Helen Beatriz Frota. Uso de indicadores na gestão de recursos de informação. *Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação*, Campinas, v.3, n. 1, p. 60-76, jul./dez. 2005.

SHANGAI JIAO TONG UNIVERSITY. Institute of Higher Education. Academic Ranking of World Universities 2005. Disponível em: <a href="http://ed.situ.edu.cn/rank/2005/">http://ed.situ.edu.cn/rank/2005/</a> ARWU2005TOP500list.htm>. Acesso em: 10 ago.2006. . Academic Ranking of World Universities 2006. Disponível em: <a href="http://ed.situ.edu.cn/ranking2006.htm">http://ed.situ.edu.cn/ranking2006.htm</a>>. Acesso en: 30 mar. 2007. STUBBS, Edgardo Alberto. Indicadores de desempeño: naturaleza, utilidad y construcción. Ciência da Informação, Brasília, v. 33, n. 1, p. 149-159, jan./abr. 2004. UNESCO. Statistical yearbook 1999. Disponível em: <a href="http://www.uis.unescoUNESCO.org/en/">http://www.uis.unescoUNESCO.org/en/</a> stats/statistics/yearbook/tables/Table\_II\_S\_1\_Region.htm>. Acesso em: 12 jan. 2006. UNESCO. IESALC. Noticias de educación superior en América Latina y el Caribe. Caracas: IESALC, 2007. Disponível em: <a href="http://www.iesalc.unesco.org.ve/general/">http://www.iesalc.unesco.org.ve/general/</a> Reunion MESALC.htm>. Acesso em: 1 fev.2007. UNIVERSIDAD AUTÓNOMA DE MADRID. Desarrollo de nuevos instrumentos de medición de la calidad de las bibliotecas universitarias españolas. Madrid, 2003. Disponível em: <a href="http://"><a href="http://">>a href="http://"><a href="http://">>a href="http://" biblioteca.uam.es/sc/medicion-calidad.htm>. Acesso em: 8 jun. 2006. . Estudio comparativo de calidad de las bibliotecas universitarias españolas y desarrollo de un catálogo de "mejores prácticas". Madrid, 2002. Disponível em: <a href="http://biblioteca.uam.es/">http://biblioteca.uam.es/</a> paginas/calidad.html>. Acesso em: 8 jun. 2006. UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS. Sistema de Bibliotecas da UNICAMP. Manual de instruções para preenchimento dos dados do relatório gerencial estatístico do SBU. Campinas, 2007. Disponível em: <a href="http://143.106.108.14/relatorio/">http://143.106.108.14/relatorio/</a>>. Acesso em: 3 mar. 2007. . Planejamento estratégico 2006-2010. Campinas: Sistema de Bibliotecas da UNICAMP, 2006. 36 f. . Relatório gerencial estatístico do SBU. Campinas, 2007. Disponível en: <a href="http://"><a href="http://">>a href="http://"><a href="http://">http://"><a href="http://">>a 143.106.108.14/relatorio/>. Acesso em: 3 mar. 2007. UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA. Biblioteca Central. Padrões de catalogação... [mensagem pessoal de Julita Sampaio]. Mensagem recebida por <nidialubisco@yahoo.com.br> em 5 jul.2007. \_. Sistema de Bibliotecas. Proposta preliminar de modelo para a organização e gestão da rede de bibliotecas da UFBA. Salvador, 2002. 13 f. UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. Sistema Integrado de Bibliotecas. Dados do SIBi/USP [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por <nidialubisco@yahoo.com.br> em 1 jun. 2006. \_. *Modelo de gestão:* proposta para o SIBI/USP. São Paulo, 2001. 51 p. VERGUEIRO, Waldomiro; CARVALHO, Telma de. Definição de indicadores de qualidade: a visão dos administradores e clientes de bibliotecas universitárias. Perspectivas em Ciência da Informação, Belo Horizonte, v. 6, n. 1, p. 27-40. jan./jun. 2001.

# **APÊNDICES**

# APÊNDICE A - CONCEPÇÃO DO SEMINÁRIO

## SEMINÁRIO AVALIAÇÃO DA BIBLIOTECA UNIVERSITÁRIA BRASILEIRA

Local: Salvador – Bahia – Brasil

Período: 29 e 30 de set. e 1° de out. de 2008

#### **JUSTIFICATIVA**

Desde 1996, o Governo Federal avalia os Cursos de Graduação das IES brasileiras, através de três dimensões, ou categorias de análise, quais sejam, o *Corpo Docente*, a *Organização Didático-pedagógica* e as *Instalações* das unidades de ensino. Nesta última categoria de análise, encontrase a biblioteca universitária.

Como objeto de pesquisa acadêmica de mestrado (LUBISCO, 2002), o estudo da experiência da UFBA - quando teve 13 Cursos avaliados (1998-2000) - confirmou a hipótese levantada de que o MEC não dispunha de uma metodologia própria para avaliar a biblioteca acadêmica. Isto estava refletido tanto nos critérios, quanto nos instrumentos avaliativos do Ministério, considerados insuficientes e inadequados na análise dos resultados da referida pesquisa.

Em 2004, a Lei 10.861, ao estabelecer as novas diretrizes para a avaliação do Sistema de Educação Superior em seu conjunto, introduz algumas melhorias no que se refere às bibliotecas, embora persistam as mesmas limitações, tendo em vista tratar-se de uma questão que vai além do aspecto instrumental: como requisito, trata-se da falta de elementos teórico-conceituais.

Ante o exposto e por motivo de pesquisa de doutorado¹ (LUBISCO, 2007), foi feito um amplo estudo acerca da situação ibero-americana, especialmente no que diz respeito aos sistemas de avaliação das bibliotecas universitárias no Brasil, Espanha, México, Argentina e Chile.

Reunidos estes elementos, deu-se andamento ao objetivo da pesquisa, de desenvolver um *modelo de avaliação* a partir do instrumento do INEP, porém tendo como fundamento critérios, indicadores e padrões específicos, orientados para o planejamento e a gestão da biblioteca universitária.

Concebido no formato de um *modelo* teórico, necessita, antes de ser entregue ao seu destinatário final – o INEP – ser analisado e discutido nos foros competentes. Com esta medida, pretende-se aperfeiçoá-lo e transformá-lo num instrumento que subsidiará, não só o Ministério na sua tarefa de avaliar os Cursos de Graduação, mas as próprias Universidades, que passarão a contar com um instrumento orientador para o planejamento e a gestão de seus sistemas de bibliotecas.

#### **OBJETIVO:**

Analisar e discutir a proposta de *modelo de avaliação*, tendo em vista sua tripla função e seqüenciada de (a) constituir-se em uma plataforma para a construção de um sistema de coleta dos dados representativos do funcionamento da biblioteca universitária; (b) possibilitar a construção de um banco de informações gerenciais; e, a partir deste, (c) a criação de um sistema de indicadores e padrões mínimos e ideais para a biblioteca universitária brasileira, tendo em vista o planejamento e a avaliação do seu desempenho.

<sup>&</sup>lt;sup>1</sup> Com bolsa da Capes (2003-2007).

## **PÚBLICO:**

Propõe-se que o público seja constituído de seguintes categorias de Participantes:

- Representantes Oficiais de IES públicas brasileiras, federais e estaduais, envolvidos no sistema de planejamento bibliotecário das respectivas Instituições, especialmente no seu aspecto de avaliação, mediante inscrição;
- *Coordenadores-Relatores*, <u>convidados</u> pela organização do evento, conforme indicado no Programa
- Observadores Oficiais, indicados e apoiados pelo INEP;
- Bibliotecários e Docentes que atuam em IES públicas e privadas, mediante inscrição;
- Bibliotecários em geral, gestores de sistemas ou de bibliotecas, mediante inscrição.

## EQUIPE DE ORGANIZAÇÃO E APOIO:

Função	Identificação	
Iniciativa	Instituto de Ciência da Informação (ICI/UFBA)	
Presidente de Honra	Lídia Brandão Toutain (Diretora do ICI)	
Apoios	FAPESB e UFBA	
Parceiros	. INEP . ANDIFES . Gabinete do Reitor da UFBA . PROPLAD/UFBA . PRPPG/UFBA . Grupo de Pesquisa Saberes e Fazeres em Gestão da Informação e do Conhecimento — GEINFO (ICI) . EDUFBA . Sistema de Bibliotecas da UFBA . Universidade do Estado da Bahia (UNEB) . Sistema de Bibliotecas da UNEB . Universidade Estadual de feira de Santana (UEFS) . Sistema Integrado de Bibliotecas da UEFS . FAPEX . CRB-5 . ABECIN . CBBU . Dot.Lib Informação Pr ofissional	
Coordenação Geral Coordenação Adjunta	Nídia Maria Lienert Lubisco (ICI) Sônia Chagas Vieira (FACED) Vanda Angélica da Cunha (ICI) Flávia Garcia Rosa (EDUFBA)	
Relatores Gerais	Marilene Lobo Abreu Barbosa e Sérgio Ribeiro da Silva Franklin (ICI)	
Realização	INFORUM Consultoria e Treinamento	

# INFORMAÇÕES AOS PARTICIPANTES

\*Data: 29-30 set. e 1° out. 2008

\*Local: FIESTA CONVENTION CENTER (Av. Antonio Carlos Magalhães, 711 - Itaigara) Salvador – Bahia

\*Programa e Inscrições:

http://www.ufba.br (clicar o nome do Seminário na coluna da direita) OU http://www.inforumct.com.br

\*Investimento: R\$ 150,00 (preço único)

\*Alojamento: a organização do evento negociou tarifas promocionais. Maiores informações, através do endereço: secretaria@inforumct.com.br ou tel.: (71) 3451 1080.

# APÊNDICE B - PROGRAMA DO SEMINÁRIO

DIA	Hora	Atividade	Responsável	Local
	8h00 h	Entrega de materiais Wellcome Coffee	Secretaria da INFORUM	
		Abertura Oficial	Naomar Monteiro de Almeida Filho (Reitor da UFBA)	
	01.451	Saudação	Lídia M. B. Brandão Toutain (Diretora do ICI)	S A
	8h45h	Saudação	Amaro Henrique Pessoa Lins (Reitor da UFPE, Presidente da ANDIFES)	L Ã O
		Experiência da CAPES em avaliação institucional	Jorge Almeida Guimarães (Presidente da CAPES)	-
	9h45	Conferência inaugural	Reynaldo Fernandes (Presidente do INEP)	Í R
29/9	10h35	Palestra: <i>Planejamento</i> e <i>Avaliação</i>	Ana Reyes Pacios Lozano (Universidad Carlos III de Madrid - ES)	I S
	11h25	Palestra: <i>Certificação</i> de Qualidade em Biblioteca	Carina Rey Martín (Universidad de Barcelona-ES)	
	12:15h	Apresentação: Livro eletrônico	Eduardo Neves (Dot.Lib Informação Profissional)	
	12h45	Intervalo para almoço		
	Palestra: Avaliação de biblioteca universitária na prática: a experiência da Universidad Nacional de la Plata		Marcela Fushimi (Universidad Nacional de la Plata – AR)	
	15h45	Palestra: Indicadores de desempenho: a experiência das bibliotecas universitárias chilenas	Atílio Bustos González (Pontificia Universidad Católica de Valparaíso - CL)	
	16h30	[Plenária]		
	16h45 a	Formação dos Grupos de Trabalho e orientação quanto ao método de trabalho	Coordenadores - Relatores, Especialistas do INEP e os Representantes Oficiais	
	17h10	Deslocamento para a Biblioteca Reitor Macedo Costa	Participantes em geral	
	16h45 a 18h00	Visita guiada à Biblioteca Reitor Macedo Costa	Participantes em geral	<i>Campus</i> de
	18h30	Encerramento do dia (Biblioteca Reitor Macedo Costa)	Coral da UFBA	Ondina

DIA	Hora	Atividade	Responsável	Local
	8h30 às 18h00 Curso: Pi Estratégi	Trabalhos de Grupo	Grupo 1 - Waldomiro Vergueiro (USP) Grupo 2 - Maria Carmen Romcy de Carvalho (UCB) Grupo 3 - Telma de Carvalho Grupo 4 - Valéria dos Santos Gouveia Martins (Unicamp) Grupo 5 Marilene Lobo Abreu Barbosa (UFBA) Especialistas do INEP	Salão Íris
30/09		Curso: Planejamento Estratégico e Gestão por Objetivos	Ana Reyes Pacios Lozano (Universidad Carlos III de Madrid)	Salão Orquídea
	8h30 às 16h30 16h45	Trabalhos de Grupo Relatos parciais	Grupos de 1 a 5  Coordenadores -Relatores	Salão Íris
01/10	8:30 às 18h00	Curso: Carta de Serviço como Ferramenta para a Qualidade	Carina Rey Martín (Universidad de Barcelona)	Salão Orquídea
	18h30	Encerramento oficial	Relatores Gerais, Coordenadores de Grupo e Coordenador Geral do Seminário	Salão Íris

Obs.: os intervalos para almoço e lanches serão acertados com os Professores e os Coordenadores de Grupo.

SEMINÁRIO AVALIAÇÃO DA BIBLIOTECA UNIVERSITÁRIA BRASILEIRA Salvador, 29 de setembro a 1º de outubro de 2008. Fiesta Convention Center (Itaigara)

# **APÊNDICE C – GRUPOS DE TRABALHO**

## **Assessoras dos Grupos:**

## Jane Fraga Tutikian

Professora de Literatura do Instituto de Letras, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, é doutora em Literatura Comparada, pela mesma Universidade. Atuou na implantação do PAIUB também na UFRGS, onde foi presidente do Conselho de Avaliação. Atualmente é membro da Comissão Técnica de Avaliação do INEP e é parecerista *ad hoc* da CAPES.

## Letícia Soares Vasconcelos Sampaio Suñé

Professora titular da Universidade Federal da Bahia, é doutora em Engenharia Química. Há 12 anos atua em comissões do MEC, em nível nacional: Comissão de Especialistas de Engenharia, Exame Nacional de Cursos, Comissão Técnica de Avaliação, Comissão Técnica de Acompanhamento da Avaliação; em nível internacional: Mercosul Educativo, Projeto Tuning América Latina.

#### **GRUPO 1**

## Coordenador- relator: WALDOMIRO VERGUEIRO

Waldomiro de Castro Santos Vergueiro É professor titular da Escola de Comunicação e Artes e chefe do Departamento de Biblioteconomia, da Universidade de São Paulo. Mestre e doutor em Ciências da Comunicação, pela Universidade de São Paulo, fez pós-doutorado na Longhborough University of Technology (UK). Publicou cinco livros de Biblioteconomia (Desenvolvimento de Coleções, Seleção, Aquisição, Qualidade em Serviços de Informação, Administração de Unidades de Informação) e é autor de artigos em revistas especializadas nacionais e internacionais.

## **GRUPO 1 – PARTICIPANTES**

Quant	NOME	INSTITUIÇÃO DE ORIGEM
1	Adriana Aparecida de Oliveira	UFJF
2	Ana Lúcia da Silva	UNIVAF
3	Andréia Cristina Feitosa do Carmo	UNIFESP
4	Andréia Santos Ribeiro Silva	CEFET-BA
5	Augusta de Cássia Silva Santos	Faculdade Maurício de Nassau
6	Cátia de A ndrade Furquim	CEFET-BA
7	Deiler Pinto Fraga	UNIVAF
8	Elisângela Dourado Arisawa	INEP
9	Geocivany Lima Cardoso	CEFET-BA
10	leda Maria Silva	UFVJM
11	Inez Barcellos de Andrade	Universidade Salgado de Oliveira
12	Ione Santos Souza Silva	CEFET-BA
13	Isabel Cristina de Oliveira Souza	CEFET-BA
14	Isaelce Santos Silva	UFRB
15	Ivonete de Almeida Galdino	CESED-Campina Grande
16	Josemara Brito de Jesus	UFBA
17	Jovenice Ferreira Santos	CEFET-BA
18	Lucia Marengo	UDESC
19	Manny Boery de Lacerda	CEFET-BA
20	Márcia Valeria Silva de Brito Costa	UNIRIO
21	Maria Célia Santana da Silva	UNAMA-PA
22	Maria Célia Santana da Silva	UNAMA
23	Marisa Leal de Meireles Do Coutto	USP
24	Marise Nascimento Flores Moreira	UNAMA
25	Meri P. Zamudio Igami	IPEN-SP
26	Narcisa de Fátima Amboni	UFSC
27	Naucirene Corrêa Coutinho Figueredo	UNIFAP
28	Neusa Adorno Farias	UCSal-BA
29	Paulo César dos Santos	UFSJ
30	Raimundo Muniz de Oliveira	UFBA
31	Ruth Borges Fortes de Oliveira	UFCSPA
32	Saulo Rogério E. do Sacramento	FTC-BA
33	Sigrid Karin Weiss Dutra	UFSC e FEBAB
34	Sônia Chagas Vieira	UFBA
365	Sônia Iraina da Silva Roque	CEFET-BA
36	Sueli Nazaré Furtado França	UFRA-PA
37	Suely Nazaré Furtado França	UFPA
38	Valéria Maria Soledade de Almeida	UFG

## **GRUPO 2**

## Coordenador-relator: MARIA CARMEN ROMCY DE CARVALHO

Maria Carmen Romcy de Carvalho Atualmente, é diretora do Sistema de Bibliotecas da Universidade Católica de Brasília. Foi diretora adjunta do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia. É graduada e mestre em Biblioteconomia e doutora em Ciência da Informação, pela Universidade de Brasília. É autora de vários trabalhos sobre organização e planejamento de sistemas bibliotecários, incluindo padrões, desenvolvimento de coleções, bibliotecas digitais e repositórios institucionais.

## **GRUPO 2 - PARTICIPANTES**

Quant	NOME	INSTITUIÇÃO DE ORIGEM
1	Ana Regina Luz Lacerda	CEFET-SE
2	Anna Paula Tavares de Araújo	Petrobras
3	Cássio José de Paula	PUC-Minas
4	Cátina Maria Santos de Cerqueira	FIB
5	Cristina de Assis Carvalho	UFSE
6	Fátima Assis de Almeida Benther	UFRRJ
7	Gismalia Marcelino Mendonça	UNIFACS
8	Irene Lima Toscano	UCG
9	Jane Fraga Titikian	INEP
10	Leila Maria Bento	CEFET-RJ
11	Leonilha Maria Brasileiro Lessa	UNIFOR
12	Letícia S. Vasconcelos Sampaio Suñé	INEP
13	Letícia Schettini	UFRRJ
14	Lívia Cerqueira Bastos	Faculdade São Camilo
15	Marcos Rogério de Souza	PUC-PR
16	Maria das Graças Miranda Ribeiro	UFBA
17	Maria Helena Di Francisco	USP
18	Maria Marinês Gomes Vidal	UFPE
19	Neide Aparecida Gomes	UNB
20	Patrícia Leal Cechinatto	Petrobras
21	Patrícia Valerim	FEEVALE
22	Ruth Borges Fortes Oliveira	UFCSPA
23	Silvia Maria Bitar de Lima Moreira	UFPA
24	Sônia Holderbaum Vieira	PUC-RS
25	Sueli Madalen a Costa Negri	SENAI-BA
26	Vilma Franzoni	UNISO
27	Vitória Atra Gonçalves	USP
28	Viviane Carrion Castanho	UFRGS

### **GRUPO 3**

Coordenador-relator: TELMA DE CARVALHO

#### **GRUPO 4**

**Coordenador-relator:** 

**VALÉRIA DOS SANTOS GOUVEIA MARTINS** 

**Telma de Carvalho**Atualmente, é diretora técnica do serviço de Documentação Odontológica da Faculdade de Odontologia, da Universidade de São Paulo. É coordenadora do Sistema de Informação Especializada em Odontologia junto à Bireme e também coordena a Biblioteca Virtual em Saúde – Odontologia Brasil. É graduada em Biblioteconomia, mestre em Administração de Sistemas de Informação, pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas, e doutora em Ciência da Informação, pela Universidade de São Paulo. É docente no curso de Biblioteconomia e Ciência da Informação e do curso de pós-graduação em Gerência e Sistemas de Serviços de Informação, ambos da Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo.

Valéria dos Santos Gouveia MartinsAtualmente, é coordenador associado do Sistema de Bibliotecas da Universidade Estadual de Campinas e diretora da Biblioteca Central da mesma Universidade. É graduada em Biblioteconomia, especialista em Administração de Recursos Humanos, pela Universidade de Taubaté, e tem e mestrado profissional em Gestão de Qualidade Total, pela Universidade Estadual de Campinas.

#### **GRUPOS 3 e 4 – PARTICIPANTES**

Quant	NOME	INSTITUIÇÃO DE ORIGEM
1	Amélia Tereza Santa Rosa Maraux	UNEB
2	Ana Lúcia Gomes da Silva	UNEB
3	Ana Terezinha Ribeiro Caruso	UTFPR
4	Augusta de Cássia Silva Santos	Faculdade Maurício de Nassau
5	Carmen Quintas Esper de Lauro	Faculdade Baiana de Direito
6	Clarice Pilla de Azevedo	FURG
7	Clarice Souza	FURG
8	Cleci Marlene Machado Grandi	UERGS
9	Débora Floriano Dimussio	UFSM
10	Dolores Rodriguez Perez	PUC RIO
11	Elinei Santana da Luz	UESB
12	Elisabete Passos dos Santos	UESC – BA
13	Fátima Assis de Almeida Benther	UFRRJ
14	Gleide de Fátima Machado de Almeida	Fundação Pedro Calmon Ba
15	Heloisa Helena Anzolin	PUC-PR
16	Isabel Cristina Nascimento Santana	UEFS-BA
17	Ivonete de Almeida Galdino	CESED-CAMPINA GRANDE
18	Leila Maria Bento	CEFET-RJ
19	Letícia Schettini	UFRRJ
20	Lívia Cerqueira Bastos	Faculdade São Camilo
21	Lucília Maria Lima Vieira	UNEB
22	Maira Nani França Moura Goulart	UFU
23	Margaret Alves Antunes	UNESP
24	Maria Rosivalda da Silva Pereira	UFMA
25	Maria Socorro Oliveira Campos	UNEB
26	Márcia Valéria S. Brito Costa	UNIRIO
27	Maristela Sanchez Lima Mesquita	UFOP
28	Neiva Dulce Suzart Alves	FACE BAHIA
29	Paula Maria Abrantes Cotta de Mello	UFRJ
30	Paulo César dos Santos	UFSJ
31	Rachel Rocha Madeira	UFES
32	Rita de Cássia M. da Silva	CIMATEC
33	Sandra Regina Mendonça	UNIDESTE -PR
34	Saulo Rogério E. do Sacramento	FTC-BA
35	Sonia Su ely Araújo Pessoa	UFPB

**Formato** 21,0 x 29,7 cm

Papel Alcalino 75 g/m² (miolo)

Colorplus 180 g/m² (capa)

Impressão Reprografia da EDUFBA

Acabamento ESB serviços Gráficos

Tiragem 300